



1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 59ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 9 DE MAIO DE 1975

(SEXTA FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Otássio Pereira.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accyoli Netto, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Nilso Squarezzi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (45); achando-se ausentes os Senhores Deputados Del Ciel, Adalberto Daros, Basílio Zanusso, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Trajano Bastos. (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O :

O SR. DENI SCHWARTZ – (Pela ordem) – Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificar quorum legal para início da Sessão.

O SR. PRESIDENTE – Deferida a solicitação do Sr. Deputado Deni Schwartz, o Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam a chamada nominal 33 Srs. Deputados. Há número legal.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, se

faça constar da Ata dos Trabalhos da Presente sessão um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Moisés de Mello, ocorrido em data de ontem na cidade de Castro.

Moisés de Mello, membro de tradicional família Castrense, exemplar chefe de família, político que sempre foi conselheiro, viveu sua vida na cidade de Castro, onde deixa filhos e netos como seguidores de sua honrada e exemplar conduta.

Castro hoje chora a morte de um dos seus mais notáveis filhos.

Pelos motivos aduzidos, estamos seguros de que esta Casa Legislativa votará com o presente requerimento, fazendo constar da ata da presente sessão o profundo voto de pesar, do qual pede-se para que se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1975.

a) DÁCIO LEONEL.

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ciência e anuência do plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Spartaco Gambassi, ocorrido recentemente na cidade de Ponta Grossa.

Comerciante, Desportista, Filantropo, Spartaco Gambassi, é uma perda irreparável para a sociedade princesina paranaense.

Vice-Consul da República Italiana em Ponta Grossa o extinto, foi pessoa, por demais, ligada aos diversos ramos que compõem a sociedade pontagrossense. No comércio foi um líder nato, nos esportes ocupou cargo de direção do Operário F.E.C., tendo, também, incentivado a criação da Associação Pontagrossense de Desportos, como filantropo, ocupou e colaborou com inúmeras associações da cidade, procurando sempre manter-se no anonimato, com o espírito sempre voltado para o bem, sempre achando que é muito mais fácil dar do que receber.

Morreu no mês de abril e a sua perda forma uma lacuna difícil de ser preenchida por tudo aquilo que idealizou e realizou.

Requer, outrossim, seja dado ciência do teor deste Requerimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK.

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje um voto de pesar pelo falecimento do Sr. GERMANO FANCHIN, ocorrido no dia 8 do corrente mês, na cidade de Pirai do Sul, neste Estado.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, REQUER, ouvida a Casa, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ DARU, ocorrido em data de ontem.

O Sr. JOSÉ DARU, nasceu em 28 de maio de 1903, em Santa Felicidade, nesta Capital. Exerceu o mandato de Deputado Estadual nos anos de 1947 a 1951, sendo que em 1947 foi membro da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, da Comissão de Tomada de Contas. Em 1948, foi membro da Comissão da Agricultura, Indústria e Comércio, da Comissão de Polícia e da Comissão de Tomada de Contas. Em 1948, foi Presidente da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, Presidente da Comissão de Terra, Imigração e Colonização. Em 1950, foi Presidente da Comissão de Agricultura e Vice-Presidente da Comissão de Terra, Imigração e Colonização.

Requer ainda, seja a família enlutada, cientificada do teor deste requerimento.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1975.

a) ALFREDO GULIN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Superintendente do INPS, no Paraná, no sentido de se dar início à construção de uma Agência do referido Instituto, na cidade de Umuarama, neste Estado.

O presente apelo encontra ampla justificativa no fato de o município de Umuarama atravessar acentuado surto de crescimento demográfico, exigindo sua população filiada ao referido organismo, um melhor e real atendimento.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1975.

a) JOÃO CIONI NETO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Em razão da reunião conjunta das duas bancadas com

assento nesta Casa, e a Comissão Executiva que a dirige, vários assuntos foram discutidos sem que qualquer decisão fosse tomada.

Nessa reunião, realizada no dia 6 de maio p. passado, vários Senhores Deputados discutiram o problema relacionado com os servidores de assistência social desta Casa, porém nenhuma proposição foi formalizada.

Ocorre que se forneceu a respeito informações colocando a Bancada do MDB como autora de pedido de extinção de reunião da qual além dos Senhores Deputados ninguém mais participou.

Cabe reparo, pois, cabendo à Mesa opô-lo, às informações distorcidas fornecidas aos órgãos de divulgação, imprensa, rádio e televisão, visto que nenhuma das Bancadas tomou qualquer oposição sobre o assunto, nem o MDB nem a ARENA, mas, sim, Deputados de ambas bancadas discutiram a matéria e apresentaram sugestões.

Pelo exposto, peço que a Mesa torne pública a nota exclamadora do assunto, afim de que essa reunião não tenha seus objetivos deturpados pela informante malidicente.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1975.

a) MUGGIATI FILHO – Lider da Bancada do MDB.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas legais, vem com a devida vênia requerer a V. Exa., após ouvido o plenário desta Casa, se digne endereçar ofício ao Exmo Sr. Dr. FRANCISCO BORSARI NETO, Secretário do Estado da Educação e Cultura e ao Conselho Estadual de Educação, solicitando a determinação de um exame da situação física, segurança e condições mínimas de funcionamento do Grupo Escolar Almirante Tamandaré, Vila Yolanda, em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA.

Trata-se de uma unidade escolar de responsabilidade do Estado, construída em madeira do tipo pré-fabricada e disposta em salas isoladas umas das outras.

Mantendo ao todo cerca de 900 alunos, compreende-se a necessidade do primeiro grau funcionar em três períodos, estando matriculados nele 632 alunos. À noite, funciona ali o ginásio tradicional, com 210 alunos, segundo dados colhidos na própria escola.

O conjunto de salas que compõe a unidade escolar, encontra-se em estado desalentador, criando até um estado de espírito incompatível com a filosofia de ensino no corpo docente e discente. Além do aspecto triste e cansativo que se tem no contacto com aquela escola, relativamente ao seu estado de abandono, nota-se que o esforço do quadro de professoras é vocacional, já que não oferece senão as mais humilhantes condições de trabalho.

Afora o problema do aspecto, há o que se pode considerar de mais grave, no tocante à segurança, já que a situação impõe a

necessidade de urgentes reparos materiais em todas as salas

Alas reiterados apelos já foram feitos e até então não encontraram eco por parte das autoridades competentes. O último reparo feito em caráter precário e emergencial, para permitir condições mínimas de funcionamento, teve a iniciativa da comunidade o que evitou a paralização dos cursos.

As condições de higiene são primárias e as crianças utilizam uma fossa que as expõe a constantes perigos.

Faltam carteiras, quadro negro, mesas, cadeiras, armários, mapas, arquivos, livros material para educação física e tantos outros, como cadernos, borrachas, lápis, enfim, um vasto rol de material escolar.

Em verdade, cremos que o melhor modo de preservar o Erário Público é investir verbas em prédio de alvenaria, com as salas adequadas e condizentes com a crescente demanda.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e, com o máximo respeito, vem a V. Exa. requerer que, uma vez aprovado pelo colendo plenário deste Legislativo, seja endereçado ofício ao Exmo. Sr. De. JAYME CANET JUNIOR, Governador do Estado, ao Exmo. Sr. Dr. FRANCISCO BORSARI NETO, Secretário do Estado da Educação e Cultura e ao Conselho Estadual de Educação, para o fim das respectivas e altas autoridades tomarem ciência e posteriores providências no sentido de aprimorar o ensino de 1º e 2º graus em Foz do Iguaçu, construindo unidades escolares e ampliando as já existentes, de modo especial as mais carentes de reformas e novas salas.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Ocorre que, para surpresa deste Deputado, Foz do Iguaçu, que se constitui hoje num dos polos mais conhecidos pelo mundo inteiro, onde se concentram esforços dos mais arrojados da técnica engenharia, representando ainda, com seu parque e suas cataratas, um dos centros turísticos mais belos que a natureza ofereceu para o ser humano, apresente um aspecto tão deficitário no setor de ensino.

Ali, onde os turistas se aglomeram e esbanjam cultura trazida do país e do exterior, ficam estarecidos ao verificar que a administração pública está longe de acompanhar o desenvolvimento natural da iniciativa privada e do impacto turístico local.

O mesmo contraste se vê no ensino, onde o natural contacto com as elites visitantes dota o habitante iguaçuense de visão mais ampla, mesmo que seu nível de escolaridade esteja na faixa do mais desejável.

Entretanto, a exemplo do que ocorre no Paraná, especialmente, a carência de estabelecimentos de ensino é tão evidente que o Colégio "Dom Manoel Conner", apesar de existir institucionalmente, não possui nem sede nem salas, estando a funcionar nas instalações do Grupo Escolar "Bartolomeu Mitre", pertencente também ao Estado.

Não obstante, esse Colégio possui duas extensões: uma em Santa Terezinha e outra na própria sede do município, na Vila Yolanda, prédio do Grupo Escolar "Almirante Tamandaré".

São ao todo aproximadamente 1500 alunos que somente tiveram suas aulas iniciadas no dia 1º de abril, por falta de local.

Aliás, no Distrito de Santa Terezinha, a comunidade, motivada pelo sub-diretor, conseguiu construir três salas de aula

para possibilitar um mínimo de condições para o funcionamento da escola ante a impossibilidade de auxílio da Prefeitura.

Também ali necessitam reparos e novas unidades escolares que devem, data vênua, ser construídas sem mais delongas. E com este sentido que fazemos este apelo, no intuito de falar em nome das populações e prestar a indispensável contribuição as autoridades do setor.

O Colégio "Dom Manoel Conner" deve ser construído com a máxima urgência e com várias salas, para diminuir os desníveis culturais e infra-estruturais da educação em Foz do Iguaçu e Santa Terezinha.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, seja encaminhada ao Senhor Secretário de Saúde e Bem Estar Social a presente reivindicação para que seja estudada pelo órgão competente daquela pasta, a reforma e ampliação do Hospital Bom Jesus, localizado na cidade de Castro.

Trata-se de Antigo Hospital construído na época em que era Interventor do Paraná o saudoso Manoel Ribas, e que, face ao crescimento da cidade e dado o elevado número de anos de funcionamento, está por reclamar medidas urgentes para que se adapte aos nossos dias atuais.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1975.

a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja feita uma solicitação ao FUNRURAL, sobre a brevidade da existência de um Convênio com o Hospital Santa Helena, no Município de Rio Bom.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1975.

a) DOMINGOS SCARPELINI

O SR. PRESIDENTE - Está finda a leitura do Expediente.

Antes de conceder a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, tenho a satisfação de anunciar a presença neste plenário do Sr. Cileno Pessoal Pereira, Presidente do Diretório da Arena de Mandaguari e do Sr. Sebastião Pareja, Suplente de Deputado Estadual.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna neste instante para apresentar um requerimento para pedir informações a respeito do malfadado Artigo 20 que hoje não mais existe em nossa Constituição. (Lê)

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, seja encaminhado ao Senhor Governador do Estado, o seguinte Pedido de Informações:

1º) - Informe a Secretaria de Finanças qual o montante da dívida do Estado para com os municípios, decorrente do Artigo 20 da antiga Constituição Federal.

2º) - Quais as Prefeituras credoras.

3º) - Qual o esquema de pagamento para a liquidação desse débito eventualmente existente.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1975".

Sr. Presidente, justificamos o presente requerimento por que temos conhecimento que o Sr. ex-Governador Emílio Gomes houve por bem durante o seu mandato de Governador do Estado feito esquema para pagamento do Art. 20 a alguns municípios do Estado.

Não é justo que existam municípios privilegiados. Nós que tivemos a honra de exercer o mandato de Prefeito Municipal na época, deixamos um saldo credor ao Estado pela Prefeitura de União da Vitória no valor de um milhão de cruzeiros velhos.

Apresentamos este requerimento para que S. Exa. o Sr. Governador, por intermédio do seu Secretário de Finanças, informe a esta Casa a respeito do assunto, para que possamos dar conhecimento aos municípios do Estado do Paraná qual o saldo credor e quais os municípios que tiveram a felicidade de receber parceladamente, através do esquema organizado pelo Sr. Ex-Governador Emílio Gomes. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Jayme Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fizemos, no início desta Legislatura, um ofício endereçado ao DER e ao DNER, ofício nº 455/75, através do qual pedíamos informações sobre a situação em que se encontra a construção ou a pretensa construção da estrada de rodagem que une Campo Mourão a Goio-Erê.

Recebemos, através da Secretaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ofício do Secretário de Estado dos Transportes com o seguinte teor:

“Acusamos o recebimento do ofício SC/455/75, dessa digna Secretaria, através do qual junta cópia autêntica do Requerimento do Deputado Jayme Carvalho, solicitando informações sobre a situação em que se encontra o projeto da estrada que une Campo Mourão a Goio-Erê”.

Diz ainda o ofício do Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

“É com satisfação que informamos a V. Exa. que a firma construtora encarregada do serviço já entregou a minuta do referido projeto de engenharia a qual se encontra em fase conclusiva de análise pelo setor competente deste Departamento para posterior aprovação pelos órgãos deliberativos”.

O povo do Vale do Piquiri, Sr. Presidente, Srs. Deputados, recebe do Governo do Estado do Paraná, através de seu Secretário, com muita satisfação, esta informação que ele nos mandou, com satisfação, Sr. Presidente, nós tecíamos naquela ocasião os comentários sobre as promessas, sobre os festejos, sobre os estaqueamentos de vésperas de eleição dos Governadores da ARENA deste Estado, e hoje nós estamos confirmando, juntando às nossas, as palavras do Sr. Secretário de Estado, da Secretaria dos Transportes, de que, nós estávamos certos, de que o povo do Vale do Piquiri realmente durante 20 anos tem sido embrulhado pelo Governo do Estado do Paraná, negando-se o Governo a dar estradas a um dos centros de maior produção e que sustenta este Estado.

Com insatisfação, Sr. Presidente, que o povo do Vale do Piquiri, que tem este Deputado como um dos seus representantes, recebe a notícia de que ainda se estuda a minuta do referido projeto, quando, nas vésperas de 15 de novembro passado Governadores, Secretários, Prefeitos e Deputados estiveram na minha região dizendo ao povo:

— Já está estaqueada a estrada e nós haveremos de, em breve, começar a construção do sonho do povo do Vale do Piquiri.

É necessário, Sr. Presidente, é necessário, Srs. Deputados, que este tipo de campanha termine no nosso Estado, vergonhosa Para o MDB, para o meu partido isto é bom, que a cada dia a Are

na demonstre que o povo não pode confiar nela, porque mais faz promessas absurdas quando o nosso povo está esperando.

Então, Sr. Presidente, estamos encaminhando a V. Exa. um requerimento no seguinte teor (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais da Casa, depois de ouvido o plenário, tendo em vista informações obtidas, em pedido anterior, REQUER, a V. Exa. se digne oficial ao DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM, do Estado do Paraná, no sentido de que determine ao Departamento de análise daquele órgão, acelerando os estudos para a construção asfáltica que une Campo Mourão a Goio-Erê.

N. Termos

A. Deferimento.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1975”.

Eu junto, Sr. Presidente, ao requerimento, para que sejam encaminhadas a este Departamento, diversas fotografias obtidas na semana passada, da minha região, que demonstram vergonhosamente ao Governo que dirige os destinos deste Estado, o atual panorama.

Fazemos questão, Sr. Presidente, de dizer que voltaremos à tribuna durante todo o tempo que permaneceremos nesta Assembleia, enquanto verificarmos faltas desta natureza, enquanto não virmos a nossa estrada asfáltica transportando o produto para sustentar o Sr. Governador do Estado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Em razão da posição que venha a ser adotada pelos membros deste Poder, este Poder terá a sua personalidade.

Encaminhamos à Mesa um requerimento pedindo uma nota oficial.

Quis o descortínio da Comissão Executiva, de comum acordo com as lideranças desta Casa, levar a efeito a primeira das reuniões que deverão ser realizadas conjuntamente, Comissão Executiva e as duas bancadas para que, em caráter sigiloso sejam tratados assuntos que por serem pertinentes a interesse pessoal na ação de cada um, dizem respeito aos Senhores Deputados e aos seus problemas para o cumprimento de suas atribuições.

Foi assim que entendemos os objetivos desta reunião, razão pela qual tais assuntos não devam vir a plenário, porque contraria inclusive o dispositivo constitucional que estabelece as atribuições desta Casa. Não poderíamos entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, consentir que o sentido alto, elevado, dos objetivos de todos nós que nos reunimos em data de 6 de maio próximo passado, possa ser traído pela maledicência de quem deu a má informação. Ressalvamos o papel que cumpre a imprensa age na presunção de que todos nós somos honestos, de que a informação que lhe é transmitida é honesta, é verdade. A imprensa não pode presumir que sejamos desonestos, que levemos a ela uma notícia que não seja verdadeira porque daí estaremos invertendo os pressupostos da nossa lei penal, de tudo aquilo que se faz em matéria de Leis no mundo hoje, a presença no direito, é de que todo aquele que transmite uma informação, a transmite honestamente.

Este é o objetivo do requerimento, para que ressalvada a imprensa, para que ressalvada a intenção de todos aqueles que se reúnem em caráter sigiloso para estabelecer a estrutura desta Casa, para que esta Casa tenha realmente formada a sua personalidade, num sentido elevado como todos nós queremos, tenha continuidade, o objetivo que assim quer, que assim pede e que é objetivo da Mesa.

Porisso, Sr. Presidente, a razão do nosso requerimento.

Nós não iremos a outra indagação, o assunto é de ordem geral.

Todos nós, que participamos desta reunião, temos cada um de nós a sua responsabilidade.

Cada um deve medir a sua responsabilidade. E se nós quisermos colaborar com a Mesa, para que esta Casa forme o corpo legislativo que deve formar, não podemos admitir, que o precedente se torne useiro e costumeiro desta Casa. Muito obrigado - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por muitas vezes, nós, que moramos, ou que viemos de um ponto extremo do Estado do Paraná, da região Oeste do Paraná, chegamos à Assembléia Legislativa, formulamos requerimentos para todos os secretários ou quase todos, necessitando urgência na apreciação de matéria que os representantes das populações, levam até a eles.

O ensino do Estado do Paraná, um dos aspectos que mais sofre por todas as administrações públicas, lá na Foz do Iguaçu, está praticamente abandonado, lamentavelmente esquecido. Grupos Escolares, Ginásios, que com nomes, com estrutura de corpo docente, não existe nenhum prédio a funcionar, um pedaço em um prédio, e outro em outro prédio. E o que é mais grave, existem duas extensões num desses colégios, funcionando a título precário em outras salas de aulas.

Numa visita que fizemos Srs. Deputados, recentemente, quando passava por ali também, o Senador Leite Chaves, as lamúrias, as reivindicações de professoras estaduais que insistiam em não dizer os nomes, para não serem prováveis ou possivelmente prejudicadas.

Salas de aulas, sem vidros, sem carteira, sem mesa, sem papéis, sem as menores condições de funcionamento, ali onde milhares ou milhões de cruzeiros estão sendo despejados para se construir a maior usina e quem sabe até, numa folha de gastos, e esquece-se da estrutura de um povo, na construção do que é mais significativo para evolução do ser humano, a cultura, o ensino de 1º e 2º graus, em Foz do Iguaçu, é penoso, lamentável; é quase indivisível o aspecto que vive Foz do Iguaçu.

E vamos mais além, não é só no aspecto do ensino que está carente a cidade que representamos, porque ela representa um cartão de visita da beleza do Paraná, porque não dizer do Brasil e até do mundo, porque ali estão as Sete Quedas, e aquela cidade ficou 4 anos com um buraco na rua principal. Por aquela cidade passaram 8 prefeitos durante 4 anos, ali onde as ruas não oferecem condições nem para tráfego de pequenos carros de passeio; ali existe um contraste tremendo, porque é uma cidade turística, e quem faz turismo, por decorrência do próprio turismo, devem ser pessoas de certa instrução. Ali, onde os turistas do mundo inteiro chegam, depara-se também com uma infraestrutura escolar vergonhosa. Escolas caindo, salas de aulas oferecendo perigo para as crianças. Não vejo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nenhum plano concreto de ensino, de um modo geral, no Estado do Paraná.

Não falo críticas ao atual Secretário, nem tenho a pretensão de fazê-lo. Mas, lançamos uma solicitação para que se faça um plano de ensino no Estado do Paraná. Mas, que se o execute, que se faça um levantamento de quantos milhares de crianças existem em cada município, sobretudo no Oeste do Paraná, onde as autoridades administrativas, até agora, tem-se esquecido daquela região.

É preciso que se conscientize, que se levantem as vozes dos representantes do povo, e daqueles que sofrem, nas pessoas de seus familiares, a falta de uma estrutura educacional. Porque o ensino de 1º e 2º graus, principalmente em Foz do Iguaçu, não têm uma assistência eficiente e atuante dos órgãos de educação do Estado e também dos municípios.

Quem sabe até, Srs. Deputados, o Fundo de Participação cerceou até determinados planos de prefeitos municipais, ao baixar de 10 para 5, essa participação. Quem sabe se não cingiu a escolaridade dessas crianças desses pais que estavam à espreita de escolas, porque não podem pagar ensino particular.

Quem sabe se isso não foi uma catástrofe até para o Brasil.

Porque, Srs. Deputados, este quadro negro, quadro negro que, nas escolas de Foz do Iguaçu, poucos existem, mas este quadro negro que retrata a realidade de nossa região que, lamentavelmente só nós a representamos. Lamentavelmente, é só a nossa voz rouxa e humilde, a falar para que as autoridades se conscientizem desse problema, embora cada Deputado que tem seu reduto político, quem sabe, tem problemas até superiores a este. Mas, em Foz do Iguaçu, de um modo geral, aonde o volume financeiro que o Governo Federal derrame poderes, canalize para a estrutura do ensino primário pelo menos a milésima parte do que se vai investir em usinas hidrelétricas porque nós queremos e entendemos que só através da cultura o homem pode ser dimensionado e valorizado na sua profunda estrutura de ser humano, entendemos que há necessidade urgente de um levantamento e de uma planificação do ensino primordial no Oeste do Paraná. Com estes requerimentos já lidos, eu solicitaria aos nobres Pares a aprovação, para que as autoridades tomem conhecimento e efetivem alguma medida real e concreta para a erradicação da ignorância naquela parte do Oeste do Paraná. Deixo de conceder aparte por ser o Pequeno Expediente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra o Sr. Deputado Maurício Fruet,

O SR. MAURÍCIO FRUET - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na qualidade de Presidente do Diretório Municipal do MDB de Curitiba, tenho a honra de convidar V. Exas. para assistirem hoje à noite a palavra que será proferida pelo Deputado Federal por Pernambuco, às 20 horas e 30 minutos, na Igreja de Guadalupe e nesta mesma hora e local a palestra do Senador Paulo Brossard, do Rio Grande do Sul, como parte do segundo Ciclo de Estudos Políticos, devidamente promovida pelo Diretório Municipal do MDB. É esta a comunicação que faço à Casa neste instante.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra o Sr. Deputado João Cioni Netto, sexto orador inscrito.

O SR. JOÃO CIONI NETTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando estivemos à testa da Prefeitura Municipal de Umuarama, 70/73, assinávamos naquela oportunidade um convênio para a construção da cadeia daquele município. Mas, por motivos diversos, por motivos que não iremos comentar nesta oportunidade, quando alguém ganhava, em 72, deixou de considerar os atos do ex-Prefeito, no caso a nossa pessoa. Mas agora, dado vários acontecimentos, nesta oportunidade, nós pedimos novamente ao Secretário de Segurança e neste momento pedimos ao Sr. Presidente e Srs. Deputados que conosco se unam para aprovar um requerimento que passo a ler daqui a pouco, para que seja construída a cadeia daquela cidade, porque não é mais possível continuar os presos ou mesmo delegado e seus companheiros de trabalho, a trabalhar num galinheiro que está no município de Umuarama. Se alguma coisa acontecer se alguns episódios aconteceram, episódios estes que deixarão muito a desejar, mas agora, vai este requerimento ao Sr. Secretário, e junto também vai um ofício de S. Exa. o Sr. Prefeito daquele município para que o quanto antes entrem em contacto Prefeito e Governo do Estado para que assinem os devidos documentos para que os serviços possam ser iniciados imediatamente.

O requerimento é o seguinte: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atri-

buições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, no sentido de ser iniciada a construção do prédio da cadeia pública na sede do municípios de Umuarama, neste Estado.

O pleiteado encontra justificativa no crescimento extraordinário da economia e da população daquela região e o lamentável aumento do índice de criminalidade.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1975."

Era o que tinha a dizer. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sétimo orador inscrito, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A presença em nossa Capital do Dr. Reinhold Stephanes, Presidente do Instituto Nacional de Previdência Social, se constitui num motivo de satisfação do povo de Curitiba e de diversas regiões de nosso Estado, especialmente em vista das medidas que foram anunciadas, visando a dinamização dos serviços prestados por aquela autarquia.

Verificamos, Sr. Presidente, a preocupação da ilustre autoridade administrativa no sentido de que sejam equacionados vários problemas que, de longa data, vêm trazendo sérios aborrecimentos aos segurados bem como intranquilidade à população.

Por estas razões apresentamos requerimento à Casa que passaremos de imediato a ler, considerando a premência de tempo. Traduz a proposição alguns aspectos de providenciamento do Presidente daquele órgão público federal.

O referido requerimento está vasado nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja inscrito voto de congratulações ao Doutor Reinhold Stephanes, Presidente do Instituto Nacional de Previdência Social — INPS, pelas excelentes medidas visando proporcionar saúde, bem estar e progresso educacional em nossa terra, que anunciou, no decorrer desta semana, na nossa Capital.

Como representante de parcela dos que labutam na cidade de Curitiba, vemos com satisfação as perspectivas de extinção das filas que diariamente se formam aos postos de atendimentos, da Autarquia.

Considerando, também, deveras louváveis e oportunas a permuta de área do Capanema, com imóveis da Universidade do Paraná, para a extensão do "Campus Universitário"; a transformação do Hospital e Maternidade do Portão em pronto socorro e a prevista construção de ambulatório para atender os trabalhadores da Cidade Industrial de Curitiba.

Requer, ainda, aprovado, este Requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa ao renomado Administrador para que orgulho do seu e nosso Estado do Paraná tem sido apontado como exemplo de operosidade e dedicação.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1975".

(Revisado pelo autor)".

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao oitavo orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezzi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho em mãos um jornal atual, que retrata uma entrevista do Ministro da Fazenda, Sr. Mário Henrique Simonsen, em cuja entrevista, acredito por infelicidade, o Ministro da Fazenda afirmou se referindo à CPI das Multinacionais, que a conclusão do trabalho da CPI poderá determinar alguma pequena alteração no controle do governo sobre essas empresas, entretanto, nada de mais sério.

Uma afirmação dessa envergadura, dita por uma autoridade

de como o Ministro da Fazenda, compromete antecipadamente o resultado a que possa chegar a CPI das Multinacionais.

Numa fase em que se procura valorizar o trabalho e a significação do Poder Legislativo, numa fase em que o próprio Presidente da República se indaga da atividades dessas empresas, uma declaração de um Ministro da Fazenda, dizendo antecipadamente a conclusão do trabalho, se antecipando à investigação dos parlamentares mais probos, mais dignos, a verdadeira elite do Congresso Nacional que está representada nessa CPI, acredito, em sua consciência, que deverá ser tomada uma posição por todo Poder Legislativo desta Nação, num protesto veemente à antecipação da conclusão de um trabalho de envergadura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, Comissão desse gabarito.

Não podemos ficar calados e permitir que um Ministro da Fazenda, usando de sua prerrogativa, venha dizer que o trabalho desses Parlamentares seja improficuo e não seja considerado.

Acredito que cabe a todos os parlamentares desta Nação depositar um voto de confiança nesses nossos colegas que imbuídos do mais alto espírito patriótico, que imbuídos do mais alto espírito nacionalista, investigam com isenção de ânimo as atividades dessas empresas. Não é preocupação do Brasil mas de todo mundo, portanto, achamos sem fundamento as declarações do Ministro da Fazenda, mesmo considerando sua capacidade. Sr. Presidente, enviamos à Mesa o seguinte requerimento. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após manifestação do plenário, requer, seja endereçado VOTO DE CONFIANÇA, aos Deputados Federais, que compõem a Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga as atividades das Empresas Multinacionais, em face das recentes declarações do Ministro da Fazenda.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1975.

JUSTIFICATIVA:

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito, do quilate e integrada por Deputados do escol dos que formam a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga as multinacionais, é um ponto alto e significativo para prestigiamento do Poder Legislativo. Mesmo antes de concluir seus trabalhos, declarações do Ministro da Fazenda, comprometem os resultados desta CPI". — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra para falar no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Há dias nesta Casa iniciamos a abordagem da Educação Brasileira, num chamamento que se dirige a todos os interessados, para que concorram à revisão da Educação e do Sistema Educacional.

Seria pretencioso falar em revisão da Educação quem não é especialista, entretanto, o político, sensível e preocupado, que mantém relações em todos os setores de atividade, até mesmo por dever de ofício, não pode marginalizar os grandes problemas quando a isto o convoca o dever e o apelo das classes profissionais.

Professores e estudiosos, perplexos e angustiados, indagam sobre o que é possível fazer quando é o próprio Poder Público que, não tenho rumo certo nem coerência, se põe a tutelar a Educação. Temos insistido, aceitando a discussão e travando o debate com professores, intelectuais e estudantes, temos insistido em que não é correto dizer-se que o Governo está sem rumo certo e sem coerência na Questão da Educação. O Governo atual tem rumo e é coerente à sua maneira: mas a sua maneira é que deve ser combatida porque não consulta os interesses do povo, e da nação. É que o governo deixou de ser entre nós aquela procura a expressão dos mais profundos anseios e interesses nacionais e sociais: promove o crescimento de alguns setores eco-

nômicos ao mesmo tempo em que é evidente o atraso do pensamento social brasileiro.

Não somos nós, mas as lideranças do próprio Governo que reconhecem ser o seu modelo de desenvolvimento o estado de privilégios para grupos e procuram justificar essa situação com a afirmativa de que é o único caminho possível. Único caminho com que se está entretendo a nação e traumatizando o povo, porque as idéias não estão em amplo debate público, porque as grandes contribuições, quando não proibidas, estão limitadas. E dessa forma não é possível desenvolver corretamente nada, em termos de sociedade como um todo.

O Estado, entre nós, não é propriamente a expressão jurídico-institucional da nação. É o representante de limitada parcela dela, que põe e dispõe as coisas sem consulta nem reconhecimento. E porque essa terrível distorção não se refletiria incisivamente no terreno da Educação, sendo este o melhor índice de avaliação dos compromissos do desenvolvimento?

Sob a pressão de necessidades sociais não bem interpretadas, e pela modernidade, o Governo pretendeu colher os subsídios já existentes e perfilhá-los à sua maneira, produzindo uma reforma burocrática, ideologicamente atrasada, pretenciosa quanto aos fins e inexequível quanto aos meios. E mais, desengonçada quanto ao Sistema Educacional definido. Ideologicamente atrasada porque não mais se ignora sua substância até antinacional e comercializada, e isto está posto não nas fundamentações enganosas, mas na prática. Pretenciosa quanto aos fins porque diz objetivar o maior ajuste do estudante à realidade social, quando lhe escanoteia essa realidade. E inexequível quanto aos meios porque esta salada cultural que resultou, este difícil antepasto da cultura, tem dois eixos deficientes: o agente intermediário privado e o agente público incapacitado por condições e recursos.

A expansão demográfica..."

O SR. ACCIOLY NETO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Dou inteira razão teoricamente à crítica que V. Exa. promove em relação à reforma do ensino que se desencadeou em nosso País. Digo teoricamente porque a mim me parece que o erro cometido pelo Governo tanto Federal quanto Estadual, é erro que diz respeito à pressa com que se implantou no Brasil este novo modelo de ensino. Entendo que antes que ele se tornasse uma realidade confusa como é, deveria o Governo Federal e portanto também os Governos Estaduais adaptar o ensino brasileiro à reforma mediante planos pilotos onde se pudesse fazer uma observação acerca dos erros que hoje são reconhecidos completamente, e dos acertos que tal reforma continua.

Quando V. Exa. diz ser ela pretenciosa, parece-me a afirmação não ser muito justa. O objetivo fundamental da reforma do ensino brasileiro foi exatamente o de adaptar a educação à realidade nacional, principalmente no setor do ensino profissionalizante que há muito o País carecia e pelo qual principalmente no interior se lutava há alguns anos. Porque o que se verificava, era o que o estudante brasileiro ficava sem quaisquer perspectivas após a conclusão do ensino médio, exatamente porque o ensino universitário tinha uma estrutura diminuta e também falha. Por isso que digo a V. Exa. que teoricamente lhe dou razão. Mas não vejo este sentido tão pretencioso, na reforma. Não foi em verdade uma aventura, foi, a rigor, um erro do Governo tê-la colocado em prática sem antes examinar em planos pilotos, os seus erros e também verificar se existiam alguns acertos.

O SR. ENÉAS FARIA – Devo dizer-lhe que entendo que a pretensão do Governo reside no que diz respeito, no fato de se pretender atingir um objetivo quando em realidade este objetivo estava sendo escamoteado, estava sendo postergado. Devo eminente Deputado, ainda aduzir que, quanto ao fato de ser ou não aventura V. Exa. define bem a questão: desde que se não pensou bem, desde que se não bem estudou, desde que não se

formalizou a questão com a atenção e o maior respeito que ela merece dada a sua transcendental importância, pelo seu relevo, desde que isso foi feito e nessa empresa se investiu e se investiu muito, com os resultados danosos que aqui estão acabando-se por configurar efetivamente uma autêntica aventura.

Mas continuarei, Senhores Deputados: (Lê):

"A expansão demográfica criou necessidades especiais no campo da Educação. A rede escolar precisou crescer rapidamente, mobilizando recursos dos governos federal, estaduais e municipais. Entretanto, o primeiro se omitiu na tarefa, principalmente quanto à criação de escolas-modelo e cursos de aperfeiçoamento, e também na inspeção e supervisão do ensino primário estadual e municipal. Os Estados, pelas deficiências conhecidas, em vez de exercer com rigor a tarefa de homogeneização do ensino primário a partir de padrões superiores, como poderia, igualaram-se aos municípios de médio desenvolvimento, presos à idéia de que a disseminação de escolas é uma tarefa exclusiva, esquecendo-se que ela não se deve fazer sem a qualificação das escolas.

Os municípios, por sua vez, realizam ao nível de suas possibilidades, o pouco que conseguem sem a assistência estadual e federal. Não podendo enfrentar esta situação...

O SR. GABRIEL SAMPAIO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Prezado Deputado, eu o aparteio com a intenção de dar a minha contribuição ao discurso que V. Exa. pronuncia nesta manhã.

O SR. ENÉAS FARIA – O que muito me honra, porque V. Exa. vem a esta Casa aureolado pela condição de homem entendido em problemas de educação.

O SR. GABRIEL SAMPAIO – Agradeço e diria a V. Exa. o seguinte, que quanto o Secretário do Estado, nós tivemos como preocupação, como uma das primeiras medidas adotadas em suspendermos a ampliação da reforma do ensino no Estado, com o impedimento, na ocasião, há dois anos atrás da chamada área de expansão, 1 mais 30 e poucos municípios em expansão, 2 seria mais 40 e poucos municípios, porque o tumulto que se estava criando, o caos em que se encontrava o ensino era total que nós impedimos que fossem implantados nos demais municípios, porque a nossa tese, Sr. Deputado, é muito simples, nós entendíamos, como entendemos até hoje, que é muito difícil, é talvez quase impossível nós reformarmos alguma coisa, fazermos uma reforma em cima de algo que não estava completo. E só para dar um parêntese, eu diria a V. Exa. o problema do Mobral. Acho que é humano, acho que é certo nós nos preocuparmos com nossos irmãos analfabetos, desde que nós estivéssemos nas escolas, todas as crianças brasileiras na cidade escolar, na idade de escolarização, na idade de 7 a 14 anos. Tapado então, o furo da canoa, nós teríamos condições de tirar água de dentro dela, que seriam os analfabetos, nem que fosse de dedal em dedal, mas teríamos a cada dedal tirado menos um pouco de água dentro da canoa e é o que não acontece, porque se faz um programa de alfabetização discutível e elogiável até certo ponto, mas que não corresponde à realidade brasileira, porque nós teríamos que botar as crianças nas escolas para terminar com os futuros analfabetos, para depois, então, num ato talvez até mais humano que econômico, estiparmos, de uma vez por todas, talvez, o analfabetismo no Brasil. Portanto, Sr. Deputado, realmente é importante que esta Casa Legislativa preocupe-se com o problema educacional, porque eu acho que o nosso maior problema brasileiro está dentro da Educação, porque o que enfrenta hoje o nosso eminente amigo e ex-companheiro parlamentar, Sr. Borsari Neto, não deve ser fácil porque nós entendemos que aquilo lá ainda não está na posição em que se possa dar um progressivo aumento, um progressivo desenvolvimento da educação no caso do Paraná. Porque nós já sabemos, inclusive o Sr. Deputado, extra-oficialmente, que S. Paulo, o maior Estado deste País, lá está se levantando, extra-oficialmente, repito, para que

se faça alguma coisa em termos de readaptar a reforma implantada, porque nós vimos faculdades estaduais e faculdades federais lançando ao mercado professores de ensino superior que saía da faculdade, botava o pé fora da faculdade e entrava na reciclagem onde são carreados milhões de cruzeiros. Então, é o fim do mundo, porque o professor terá que ser reciclado, terá de ser readaptado na própria faculdade, porque teria que sair com novo espírito de ensino, já com a reforma para ser realmente confirmado nos seus objetivos. Portanto, Deputado Enéas Faria, eu, como ex-Secretário, talvez para alguns companheiros dos dois partidos, seja uma surpresa eu falar isso, mas, realmente, o que acontece nós vemos que tem que ser feito algo neste País e não invejo, absolutamente, a posição difícil que se encontra hoje o Sr. Ministro Ney Braga, com a herança deixada pelo ex-Ministro Jarbas Passarinho, porque, realmente, não entendo e não sei dizer, ou qual seja as previsões para o futuro, do que se faz neste País. Nós vemos que o próprio ensino oficializante do segundo grau, que realmente, é uma necessidade, nós não podíamos nos dar ao luxo, durante oito mais três, onze anos, prepararmos para a Universidade os jovens brasileiros, e somente um por cento chegava lá. Então se tornaria inócuo, todo este esforço, todo este dispêndio de dinheiro, desde que não tivesse uma profissão, alguém daquela maior, de nível universitário.

Mas nós vemos que também aí, falhou praticamente, porque, segundo uma estatística, não oficial, nós teremos no Brasil dentro de pouco tempo, mais auxiliares de análises clínicas que no mundo de hoje.

Então, o mercado de trabalho não adiante, temos que preparar profissionais, para um trabalho correspondente.

E para encerrar, e não tomar mais do seu tempo, nós nos colocamos ao seu lado, ao lado dos homens que realmente se preocupam com o futuro da Educação deste País, que é fundamental. Fundamental, para o futuro desta Nação. Nós não podemos pensar em desenvolvimento, sem pensarmos em Educação. Portanto, V. Exa., conte com nosso apoio, com a nossa solidariedade, naquilo que esta Casa poderá contribuir para a melhoria ou para a saída do caos na Educação deste País. Era o aparte.

O SR. ENÉAS FARIA – Obrigado, nobre Deputado. E quero adiantar a V. Exa. neste meu pronunciamento, que, se algum mérito pudesse pretender no pronunciamento que eu hoje faço, ou no pronunciamento daqueles que me antecederam, sem sermos especialistas em Educação, mas sensível e preocupado, V. Exa. é o único e exclusivo a trazer a debate, a questão. É o único capaz de solicitar a esta Casa, para que a sua preocupação também seja voltada neste instante para o problema da Educação.

Concordo com V. Exa., é preciso se pensar em termos de reformas. É preciso se pensar e repensar na Educação. É preciso se fazer uma coisa muito séria nesta questão.

Deputado Sr. Deputados, eu dizia:

“Um governo impotente, para resolver a situação, resolveu fundir uma estrutura continuada, que somou as deficiências dos dois níveis. Não elevou a qualificação do primário e baixou a qualificação do antigo ginásio. E então, se operou mais um milagre, o da Educação, com a plateia internacional aplaudindo o papel onde estava escrito a reforma brasileira e seus objetivos sociais. É que no papel, se criava a obrigatoriedade do ensino de 1º grau para todos os brasileiros, semelhante aos países desenvolvidos.

Os técnicos e os políticos que, divorciados dão oportunidades aos tecnocratas, não se capacitaram das enormes diferenças do ensino brasileiro, das possibilidades educacionais dos Estados e municípios, condicionados por um grande atraso econômico.

Não se capacitaram de que a ação do Governo Federal, já não é de alto nível, quanto mais dos Estados e municípios e dos particulares interessados no comércio do ensino. Não lhes faltaram advertências.

Todavia, alguns ingênuos e outros falaciosos afirmam que devemos reconhecer os esforços que são feitos para o aprimoramento do sistema e a reciclagem dos professores. Parecem não enxergarem que as idéias de bases, é que estão erradas, as atitudes diariamente provadas como inadequadas e os resultados ruins. O sistema educacional do 1º grau está desarvorado, e a responsabilidades pode ser atribuída às professoras ou a estudantes.

Miguel Couto afirmava que “No Brasil só há um problema: o da Educação”. Evidentemente, pode não ser verdade inteira como também não seja hoje a grande prioridade. Porém, é o índice capaz de revelar o nível de desenvolvimento de um povo. Com toda a certeza, o grande problema brasileiro hoje, é o da democracia, um problema político. O que desejava o ilustre patriótico, era chamar atenção para a situação calamitosa da Educação. Hoje, a situação está pior, porque nós estagnamos, quando não regridimos em termos educacionais.

Não se pode deixar de considerar que a educação em suas características fundamentais de ensino, dependa do estágio de desenvolvimento real de um país, das comunidades onde se desenvolve. Na relação de mútuo efeito que se estabelece, o aspecto principal é o que aponta a educação como resultado do desenvolvimento, embora ela reatue sobre o meio, acelerando-lhe o desenvolvimento.

Senhores. Resulta evidente a quem estudar a Educação e o ensino brasileiros que a principal causa em jogo é a dos princípios fundamentais da educação, e os que temos na prática dão como resultados um objetivo e um aparelho canhestros, que não estão a consultar os nossos melhores ilustres interesses.

Os programas das escolas brasileiras constituem aberração cultural, os métodos uma excrescência, a posição dos estudantes uma violência, e a situação dos professores um quadro humilhante e ofensivo. O que resta a considerar? A análise pormenorizada do que representa cada aspecto desta dura realidade?

Não seria este um bom caminho. Será mais útil, como forma de contribuição à solução do problema, que passemos a abordagem, ainda que geral, dos aspectos do ensino brasileiro: o estudante e o professor e seus meios de ensino.

O professorado constitui o mais importante instrumento da educação. Sofre, no processo de sua formação, a incidência dos mesmos males das distorções conhecidas, o que poderia dar como resultado “claros” na sua preparação. Além de suportar o sacrifício para superar essas eventuais situações, sofre, agudamente, a ausência de meios adequados de subsistência, a de garantias suficientes e a de meios para atingir os fins a que se destina o seu esforço.

A regulamentação de sua atividade é inadequada ou não existe, como no Paraná. As deficiências de formação começam a receber alertas. Completado o quadro da situação do magistério com o reconhecimento de que os salários e vencimentos não são compatíveis com a alta responsabilidade de seu papel social, pode-se afirmar que o problema da Educação e do Ensino é calamitoso.

Pode aparecer que a situação do professorado, no tocante ao Estatuto do Magistério esteja sendo colocada como uma panaceia capaz de curar o país enfermo. Este juízo, no entanto, não é correto. Não se pode, num país como o nosso, acreditar que o desenvolvimento das idéias, de uma filosofia e de um programa, poderão – pelo consenso público – produzir modificações de atitudes e comportamento sem que se encete, no plano de governo, a mesma luta pela introdução de reformas e funcionais que cooperem e dinamizem os vários setores da sociedade brasileira, que é desigual e arcaica no seu pensamento organizado.

A situação funcional dos professores do Estado é um dos pontos mais importantes quando se analisa a qualificação dos professores para um ensino adequado e uma Educação democrática e avançada. Os direitos e deveres dos professores dão a base objetiva para que eles possam contribuir decisivamente pa-

ra a evolução do ensino, a liberdade e a participação dos professores, educadores e estudantes dão a base subjetiva para que contribuam na definição e desenvolvimento da Educação.

Ora, também neste campo, o governo do Paraná vem fazendo vista grossa dessas necessidades reguladoras, o governo se vem omitindo nesta grave questão a ponto de retardá-la deliberadamente, por questões de política de grupos e por receio de definir-se quanto a gradações salariais e a avanços da carreira de professor. O Estatuto do Magistério encontra-se nas gavetas do governo porque um tutelar não desejava prestigiar outro, com imperfeições ainda, mas pronto o Estatuto do Magistério anunciado há mais de quatro anos, foi ao final do governo passado engavetado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Só para dar mais uma informação a V. Exa., para realmente fazer uma crítica aos Governos passados e dar um voto de confiança ao atual Governador Jayme Canet Jr.

Na passagem meteórica que tivemos pela S.E.C., pegamos o Estatuto esboçado e o terminamos em quatro meses, entregando-o ao Sr. Governador do Estado, com o visto nosso, poucos dias antes do falecimento do saudoso Professor Parigot de Souza. Com a mudança do Governo do Estado, soubemos que o ex-Secretário de Educação reformulou quase que completamente o Estatuto e agora, com o início - peçamos a Deus - normal de mais um período do administrativo do Estado, apartemos V. Exa. para dar um voto de confiança ao atual Governador que há dois meses tem assento no Palácio Iguaçu e pedindo que veja com rapidez o projeto concluído e que lá está desde os governos de Parigot de Souza e Emílio Gomes, remetendo-o com urgência para esta Casa, possivelmente no segundo semestre, para que possamos, também em curto espaço de tempo, aprovar este Estatuto que é fundamental para o Paraná.

Digo mais, que os professores devem entender - porque alguns não entendem assim - o Estatuto como instrumento jurídico da regulamentação da profissão, porque alguns estão entendendo o Estatuto como aumento de salário, o que não é verdade. A luta deve ser feita no sentido da aprovação do Estatuto do Magistério Público, para que sua função seja regulamentada oficialmente, o que não o é até esta data.

Com a crítica ao passado e a confiança no futuro, esperamos que o atual Governador Jayme Canet Jr. remeta a esta Casa, após um reestudo rápido, o atual Estatuto do Magistério Público que se encontra pronto há mais de dois anos.

O SR. ENÉAS FARIA - Agradeço o aparte de V. Exa.

Nobre Deputado, no pronunciamento que faço procurei omitir a participação de V. Exa. como Secretário de Governo, para evitar até que problemas eventuais de ordem pessoal pudessem surgir neste nosso entendimento doméstico que mantemos nesta Casa, quando o grande objetivo é o de todos somados, irnamados, nos darmos as mãos e partirmos em busca de uma solução a este grande problema. Com referência a crítica ao passado e confiança ao futuro, faço a minha ressalva.

Voltarei à tribuna para falar sobre o Governo do Paraná, que se instalou a 15 de março e que até este momento não trouxe uma definição para o Estado do Paraná.

Portanto, minha reserva e minha ressalva ao voto de confiança solicitado por S. Exa., V. Exa. tem todo o direito de propô-lo, mas não o endosso.

O SR. DENI SCHWARTZ - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Ilustre Deputado Enéas Faria, realmente o problema é

sério, não só no Paraná, mas em todo o País. E congratulo-me com o oportuno pronunciamento de V. Exa. Mas, não sou homem de meias palavras, e gostaria de dizer que, infelizmente no Paraná, o problema é mais sério.

E com o voto de confiança solicitado pelo nobre Deputado Gabriel Sampaio, gostaria de dizer alguma coisa do passado. Até hoje, não consegui saber porque razão os últimos governos não têm realizado concurso para o Ensino Primário. O último foi realizado em 1969. Há mais de cinco anos. E este Estado cresceu desmedidamente e não se nomeou uma professora para o Ensino Primário.

O último concurso para o Ensino Médio foi realizado em 1970. Para o Ensino Médio, a saída é tradicional aula supletiva.

E fica no ar a seguinte pergunta: Não será este modo de proceder um meio de se manter os professores como tutelados dos chamados "comandos políticos"?

O SR. ENÉAS FARIA - A pergunta se responde por si mesma.

V. Exa. tem razão, talvez seja a pequenez com que a coisa é tratada, que este se constitui um dos mais graves problemas que está travando o progresso do Paraná, e de resto, do Brasil inteiro.

Srs. Deputados, dizia (lendo).

"Não é demais lembrar os caminhos tomados na elaboração do Estatuto do Magistério do Paraná. E todas as assembleias dos professores, o Estatuto esteve em discussão e que os professores se encontravam e se encontram conscientes de que sem ele nenhuma garantia básica estará assegurada para que possam definir-se em sua relação com o Estado, e cumprir suas obrigações. O Estatuto do Magistério é uma decorrência da Lei de Diretrizes e Bases de 1971, que delineou princípios objetivos e meios para o ensino de primeiro e segundo graus.

A Lei 5692 estabeleceu sua implantação gradativa e deu prazo de seis meses para que os Estados elaborassem o planejamento de sua execução. Ao final de 1973, vários secretários de Educação se retardavam e pediam adiamento para a elaboração do Estatuto do Magistério.

Os professores do Paraná, através da Associação dos Professores e o Sindicato dos Professores, realizaram trabalho intenso, oferecendo trabalhos, subsídios, sugestões e até o arcabouço básico do anteprojeto. Depois de muitos meses de discussões, paradas e emendas, podemos lembrar que os três anteprojeto que os interesses governamentais e dos professores discutiram e contestaram, resultaram em silêncio. O último foi elaborado por uma Comissão de professores e entregue ao Secretário Cândido Martins de Oliveira, que o passou, esperançosamente, ao Governador Emílio Hoffmann Gomes, a 22 de dezembro de 1973.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, este é um assunto relevante que V. Exa. aborda hoje. Realmente, os destinos desta Nação estão depositados na cultura.

Mas, pedi aparte para ressaltar, ou para fazer também as nossas as palavras do Deputado Deni Schwartz, quando criticou o fato de, neste Estado, os professores, os Diretores estarem tutelados sob mandos políticos. Realmente é verdade e é uma vergonhosa verdade que o ensino está sob tutela de mandos políticos. Não só o ensino do Paraná, em todos os setores os mandos políticos têm feito coisas desta natureza.

O jornal de hoje, DIÁRIO DO PARANÁ, na sua sétima página, traz uma reportagem: "ESTUDANTES CERCAM DELEGACIA DE ASSAI".

Diz a reportagem, confirmando as palavras do Deputado Deni Schwartz, de que existia lá um Diretor há 10 anos à frente da direção da escola, cujos problemas, da escola, ele os compreendia, assim como também era compreensível para com os

problemas dos alunos. Pois bem, este Diretor foi afastado sumariamente, da Direção da escola através de um bilhete mandado a esta Secretaria, pelo Deputado da região, que eu não sei quem seja, a reportagem não dá o nome do Deputado. Veja o nobre Deputado, com um simples bilhete, Deputado! Então, ainda não é hora, Sr. Deputado, realmente, de dar-se um voto de confiança a este Governo nem aos seus secretários, que tiram um Diretor de uma escola apenas com um bilhete, originado de um Deputado que mantém o mando político, um Diretor que lá estava há 10 anos cercado de vários amigos.

O SR. ENÉAS FARIA – O exemplo que V. Exa. traz é bem esclarecedor e reforça o conceito inclusive exposto pelo Deputado Deni Schwartz. O fato me parece, como notícia o jornal e como denúncia V. Exa. . . .

O SR. QUIELSE CRISOSTOMO – V. Exa. permite um aparte (Assentimento).

Nobre Deputado, continua ainda a tese primeira. Não conseguiu o Deputado digno representante da região de Goioerê esclarecer minha dúvida de que falou sim, sobre mandos políticos, mas porque o vínculo do comando político com a nomeação de professor, qual a culpabilidade do comando na não contratação de professor? Continua vazia a defesa da tese contudo o novo interlocutor seu teve a infelicidade, desta vez, de assomar ao erro do orador anterior, um outro seu, no sentido de tentar ignorar a responsabilidade de um governo, de indicar nos cargos de sua confiança, elementos de sua confiança. Eu gostaria, nobre Deputado Enéas Faria, de que V. Exa. e o Deputado que o apartou, e já algum prefeito do MDB, situáramos Londrina e Maringá se porventura estes chefes de Executivos Municipais detém algum diretor de grupo do ensino municipal, ou algum diretor de departamento de sua Prefeitura a que não seja elemento de sua confiança. Ora, o comando, a liderança política, como queiram, nada mais é do que a atitude de S. E. L. o Sr. Governador do Estado, a maneira como ele assim entender e cada um deles haverá de entender de sua maneira, como substituir e estas substituições haverá de existir quando qualquer administrador seja substituído.

UM APARTEANTE – V. Exa. permite um aparte?

O SR. ENÉAS FARIA – Logo em seguida. Vou responder ao aparte do Quielse. Eu não conheço a intimidade do Palácio, nem sei palacianamente qual o conceito que se faz sobre confiança. Mas V. Exa. situa tangencialmente os governos municipais que o MDB tem. Eu digo, devo esclarecer a V. Exa. e o faço com a maior tranquilidade. Não se sabe em que conceito, se respeito ou confiança. Mas nós não fazemos esta embaralhada, como quer V. Exa.

Administração política, deve ter sua área de ação. A educação quando envolvida pela política ou quando detonada pela política, deve ser política pela, no mais amplo sentido, e nunca pela política apequenada, pela politiquice ou pela politicalha. E devo dizer que nós entendemos como homens do MDB, até por consenso próprio, pro consenso geral, que confiança em educação, não será jamais pro prefeito, não será jamais do Governador. Educação em termos de confiança, confiança para a educação, está na razão direta da proximidade, da vinculação e da vivência, da comunidade ou do estabelecimento de uma comunidade.

Gostaria apenas de concluir porque chego ao final e com muito prazer concederei o aparte a V. Exa. . . .

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – Obrigado.

Apenas para esclarecer, não tratando do todo como V. Exa. o faz, mas em um detalhe para neste momento esclarecer ao Deputado Quielse, que em Apucarana, a minha escola de alunos, não havia carteira nas escolas.

Havia escolas e não havia professoras; havia professoras e não havia escola em outras localidades. Em um caso sui generis em Apucarana, que o Prefeito contratou uma esposa de um

Vereador, como professora para lecionar em um próprio estadual em que a Prefeitura mantinha convênio com o Estado.

Esta esposa do vereador contratada pela Prefeitura Municipal de Apucarana era uma analfabeta, chamada Geni Ribeiro. Se isso não for desmando, se isto então não for abuso, eu não entendo mais o que seja abuso.

Eram estas as nossas palavras neste aparte de colaboração e de resposta ao Deputado. Muito obrigado. Deputado Enéas Faria.

O SR. NILSO SGUAREZI – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para trazer o caso concreto que o eminente colega Quielse se referiu, que renderia homenagem a quem trouxesse o caso concreto.

No dia 13 de março, da tribuna em que está V. Exa., eu li uma declaração de uma diretora de um estabelecimento de ensino da cidade de Clevelândia, e todos os Srs. Deputados devem estar lembrados e consta dos Anais da Casa, a leitura deste documento em que se a Professora Tânia Lobo não receberia aulas suplementares por questões políticas.

Fiz um pedido de informações à Secretaria de Educação, pedindo a qualificação da outra professora que havia recebido as aulas. As informações vieram e pedi à professora que viesse do interior, entrasse com um embargo administrativo na Secretaria de Educação, e o Sr. Secretário, aqui louvo sua honestidade, houve por bem, deferir aquele embargo e assegurar aulas àquela professora que por questões políticas não havia recebido as aulas, era ela a única pretendente com licenciatura plena para receber aulas de educação física.

Portanto, o caso concreto está aí. Tenho minhas dúvidas porém, de que o mesmo tivesse ocorrido, se não estivesse à frente da Secretaria de Educação um homem da integridade do nosso Secretário de Educação.

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Paulo Camargo).

O SR. PRESIDENTE – A Mesa comunica que está esgotada a Hora do Expediente, e concede ao orador mais um minuto para concluir.

O SR. ENÉAS FARIA – Retomando o discurso, “atualmente apenas os Estados do Paraná e Santa Catarina, o Distrito Federal e os territórios não têm Estatuto do Magistério. Isso demonstra uma filosofia e uma posição a respeito da Questão Educacional.

O SR. QUIELSE CRISOSTOMO – Permite-me um aparte?

O SR. ENÉAS FARIA – Permita-me apenas concluir.

“Uma atitude não só resultante das posições atrasadas que o Brasil está tendo sobre Educação e Ensino, mas uma atitude de descaso com os agentes do processo de ensino e Educação. Atitude omissa do Governo Federal quanto aos Estados, Territórios e Municípios, atitude omissa e cômoda do Estado do Paraná quanto à regulamentação das atividades dos professores, porque isso permite condicionar o sistema de ensino aos privilégios e interesses da política apequenada.

Quanto devem esperar ainda os estudantes por melhor ensino? Quanto devem esperar os professores para que sua ação seja reconhecida e tenham condições de trabalho? Possam ter estímulos para sua profissionalização e dedicação à grande causa do ensino?

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO – V. Exa. permite-me um aparte?

O SR. PRESIDENTE – A Mesa informa que o tempo está quase esgotado.

O SR. ENÉAS FARIA – Gostaria de terminar porque o tempo se esgota e tenho ainda um requerimento para encaminhar à Mesa e que devo ler para merecer a apreciação dos Srs. Deputados. Assim sendo, me excuso, lamentando não dar o aparte.

“Esta Casa deve exigir – representando a opinião pública e a causa do ensino do Estado – que o Governo Estadual se

defina a respeito do problema: convoque quem pode contribuir, delineie sua ação e se comprometa com os resultados a curto prazo"

Sr. Presidente, parece ser chegada a hora e o momento de se atuar sobre a questão de educação, por isso trago à consideração da Casa.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa comunica que a Hora do Expediente é improrrogável, e por isso pede ao orador que não conceda mais apartes.

O SR. ENÉAS FARIA - ... o requerimento que passarei a ler. (Lê):

"Senhor Presidente.

Povo algum alcançará um nível digno e decente de vida se não atingir razoáveis índices de educação. Sobre ela é que uma não se faz sustentar as suas grandes conquistas no campo social e econômico.

Qualquer sucesso que se pretenda para a evolução de um País há que se assentar num permanente processo de aprimoramento educacional, e tão só se logrará envolver, rompendo as cadeias que aprisionam uma sociedade ao nebuloso da ignorância, se se detonar este procedimento, a partir do estabelecimento efetivo das condições fundamentais mínimas que possam, distante do sabor efêmero de conjunturas momentâneas, assegurar a certeza de que, com seriedade e racionalidade, um trabalho vigoroso possa ser encetado.

Nada valerá que se atinjam vistosos índices de crescimento, como se pretende ostentar, porque o exemplo da inchação do nosso PNB não fez feliz nosso povo, e contrariamente nada se lhe acrescentou.

Nada valerá que se programem ações sociais de impacto, do que o BNH é palpável exemplo, porque tal tem funcionado como o disparar de uma arma de festim, que, apesar do estrondo logra mesmo é desequilibrar quem está por detrás dela.

Nada valerá se qualquer ação não farolizar o bem estar da pessoa humana. E não haverá bem estar sem educação.

Há, evidentemente, uma preocupação em se equacionar o problema. Há também muita potencialidade para se conseguir êxito

Como a hora é de despertar na busca de tais condições se empenham, ou devem ser chamados a se empenhar, todos quantos tenham parcela de responsabilidade, porque nesta obra nenhum esforço será dispensável, nenhum talento poderá ser eliminado, nenhuma informação deve ser omitida. Todas as energias devem ser somadas.

Entendendo-se a educação como vital, para tanto, devem ser chamadas a atuar, a participar, opinar e até mesmo decidir, todas as forças vivas da sociedade.

O objeto da empreitada é o ser humano. O objetivo é o desenvolvimento pela conquista nacional e elevação de padrões culturais, de educação e de ensino, condizentes com o relevo da nação que somos.

Entretanto, é necessário para o trabalho, que uma bem montada estrutura de base e de apoio exista e funcione.

Há que a par da planificação que possa levar a materialização e até mesmo para vivificá-la, se contar com os indispensáveis elementos materiais e humanos.

Pouco se sabe do que se faz ou do que se deve fazer. Sabe-se de reclamos. Sabe-se de reivindicações. Sabe-se - diante do que está posto - que alguma coisa precisa ser feita, modificada, corrigida, aperfeiçoada.

As nossas escolas - quando elas mesmo não existem - em grande número, se ressentem da ausência de equipamentos.

Os nossos professores - estoicos batalhadores que devolvem os agudos sacrifícios porque passam, com a grandeza de despre-

endimento - vivem momentos de profunda dificuldade, quando não a angústia da própria instabilidade.

O próprio nível da educação que é oferecida, com o agravamento do quadro existente - se ainda se mantém pela galhardia de quantos labutam nessa tarefa, pela sua obstinação, o que é atestado pelo permanente espírito de compreensão e renúncia, está a revelar, também, um gênio de profunda criatividade, pelo que se está suprimindo tantas necessidades - o próprio nível educacional, pela amplitude dos problemas que poderão solapar todo o esforço e boa vontade, a qualquer instante poderá ser rompido e se tenderá a uma rápida e nefasta deteriorização.

É hora de trabalho.

E este Poder Legislativo não se pode furtar a ele, nem tangenciá-lo, nem minimizar a questão, muito menos superficializá-lo.

Esta Assembléia Legislativa é o Poder político do Estado. E como tal deve se comportar.

Esta Casa é uma autêntica síntese do Paraná e de quantos aqui vivem. Portanto, repositório de suas esperanças.

Aqui estão os homens a quem a nossa gente deferiu a grande e maior missão de torná-la feliz. Pensem como pensarem. Tenham a filosofia que tiverem. Filiem-se a que correntes de pensamento se filiarem. Importa que tenham e tomem posição. Importa que se cumpra o dever, desemcumbindo-se da missão.

Assim considerando, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento nos dispositivos próprios da Constituição do Estado do Paraná, REQUER, ouvido o plenário a convocação do Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, para informar sobre:

- 1 - A política educacional para o Estado do Paraná;
- 2 - O planejamento para a implantação e ampliação dos recursos e equipamentos materiais relativos à Educação;
- 3 - O Estatuto do Magistério e outras questões incidentes sobre o pessoal daquela Secretaria e seu regimento de trabalho.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1975.

a) ENEAS FARIA -

a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este trabalho teve a colaboração e o concurso do brilhante e talentoso Deputado José Domingos Scarpelini que conosco assina o requerimento que ora submetemos à apreciação da Casa.

Quero, para finalizar, dizer que, neste pedido que fizemos, não vai nenhuma pressão, vai apenas o pedido do comparecimento a esta Casa a um homem que conhece bem o manejo e o funcionamento desta Casa.

Srs. Deputados, é hora de se pensar em Educação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 45 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução N. 71/73, que

aprova os Termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios que especifica, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos referidos municípios. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 71/73

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

R E S O L V E:

Art. 1º – Ficam aprovados os termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os municípios de Campo Largo, Engenheiro Beltrão, Fênix, Janiópolis, Mandirituba, Palotina, Quitandinha e Santa Helena, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL, e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-4-75.

AA) BASILIO ZANUSSO-Presidente
LINEU TURRA-Relator.

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução N. 73/73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Mirador e Santa Helena, objetivando a implantação de complexos de radiocomunicações e fonia e telegrafia nos referidos municípios. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 73/73 A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

R E S O L V E:

Art. 1º – Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Mirador e Santa Helena, objetivando a implantação de complexos de radiocomunicação de fonia e telegrafia nos referidos Municípios.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de maio de 1975

a) BASÍLIO ZANUSSO – Presidente
a) LUIZ ROBERTO OLIVEIRA – Relator

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução N. 78/73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Ipiranga, Joaquim Távora, Pinhão, Rebouças e Rio Bom, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante a aplicação de dotações e verbas que especifica. **Aprovado**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 78/73 A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

R E S O L V E:

Art. 1º – Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Ipiranga, Joaquim Távora, Pinhão, Rebouças e Rio Bom, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicações de dotações do FUNRESPOL, e de verbas dos orçamentos dos referidos municípios.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 28 de abril de 1975

a) BASILIO ZANUSSO – Presidente
a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – Relator.

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução N. 06/74, que aprova os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Segurança e os Municípios de Moreira Salles e São Sebastião da Amoreira, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, bem como a manutenção e conservação dos referidos equipamentos. – **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 06/74 A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

R E S O L V E:

Art. 1º Ficam aprovados os convênios celebrados em 10 de outubro de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, e o Município de São Sebastião da Amoreira, com a finalidade de estabelecer cooperação tendente a equipar as respectivas Delegacias de Polícia, bem como a manutenção e a conservação dos mesmos equipamentos.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1975.

BASILIO ZANUSSO – Presidente
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – Relator

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução N. 08/74, que aprova os Termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Piên e Leópolis, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações e verbas que especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 08/74
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

R E S O L V E:

Art. 1º – Ficam aprovados os termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Piên e Leópolis, respectivamente aos 19 e 21 dias do mês de novembro de 1973, objetivando estabelecer normas, de mútua cooperação, tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante a aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos municípios.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1975.

aa) BASÍLIO ZANUSSO – Presidente
Luiz Alberto Oliveira – Relator

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução N. 04/75, que aprova os Termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul – SEDESUL, Nordeste do Estado do Paraná". – **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 04/75

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

R E S O L V E:

Art. 1º – Fica aprovado o Termo Aditivo firmado em 10 de setembro de 1974, ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e a Superintendência do Desenvolvimento do Região Sul – SUDESUL, objetivando o desenvolvimento de um programa sobre "Estudo para o Desenvolvimento Regional no Nordeste do Estado do Paraná".

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1975.

BASILIO ZANUSSO – Presidente

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – Relator

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei N. 234/73, que autoriza o Poder Executivo transferir do DER para efeitos de conservação e melhoria, o trecho de estrada da PR-25, que liga a sede do Município de Tijucas do Sul a Morro do Tigre. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 234/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a transferir a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, o trecho de estrada da PR-25, que liga a sede do Município de Tijucas do Sul ao Morro do Tigre, na barranca do Rio Negro, numa extensão de aproximadamente 13 kms.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO – Presidente
a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – Relator

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei N. 159/74, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Comunidade Estigmatina de Curitiba, integrante da Associação dos Estigmatinos para Educação e Instrução Popular. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 159/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a COMUNIDADE ESTIGMATINA DE CURITIBA, integrante da Associação dos Estigmatinos para Educação e Instrução Popular.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO – Presidente
a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – Relator

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei N. 173/74, que autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública a Creche e Escola Maternal "O Bom Pastor", com sede e foro nesta Capital. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 173/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a CRECHE E ESCOLA MATERNAL “O BOM PASTOR”, com sede e foro na cidade de Curitiba, mantida pela Igreja Evangélica Assembléia de Deus.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 8 de maio de 1975.

- a) LINEU TURRA – Presidente
a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – Relator

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei N. 191/74, que objetiva majorar as tabelas das Funções Gratificadas dos Funcionários dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, bem como aumentar os valores do salário família dos dependentes do funcionamento e das pensões e das pensões especiais pagas pelo Estado. – **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 191/74 REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1º – As tabelas das funções gratificadas dos funcionários dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, ficam majoradas em 30 por cento, a partir de 1º de março de 1975.

Art. 2º – O valor do salário família atribuído ao funcionalismo Estadual fica majorado em 30 por cento, a partir de 1º de março de 1975.

Art. 3º – O valor previsto no artigo 5º da Lei N. 6.537, de 15 de maio de 1974, para as pensões especiais pagas pelo Estado, fica majorado em 30 por cento.

Art. 4º – Dez por cento de majoração, a título de antecipação das previstas nos artigos 1, 2 e 3, desta Lei, será paga a partir de 1º de dezembro de 1974.

Art. 5º – Nos cálculos decorrentes da execução da presente Lei serão desprezadas as frações de cruzeiros.

Art. 6º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6 de maio de 1975.

- a) BASÍLIO ZANUSSO – Presidente
a) FRANCISCO ESCORSIN – Relator

O SR. PRESIDENTE – Sobre a mesa, Requerimento firmado pelo Sr. Deputado Fuad Nacli, solicitando trinta dias de licença, em prorrogação, para tratamento de saúde. **Aprovado.** Concedida a Licença.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando que a Mesa torne pública nota esclarecedora do assunto, a fim de que não tenha seus altos objetivos deturpados pelo informante malidicente, sobre assunto relacionado com os serviços de assistência social desta Casa. – À Comissão Executiva, para deliberar sobre o mesmo.

Adiante, entretanto, que tem plena razão o Sr. Deputado por que a reunião foi uma reunião sigilosa, não decreta, mas sigilosa. Assim sendo, não deveria ter sido noticiado. Além disto a notícia que foi dada estava truncada, completamente errada.

A Comissão Executiva dará a devida satisfação ao nobre Deputado e mandará elaborar uma nota oficial.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Moysés Mello, ocorrido na cidade de Castro.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Spartaco Bambassi, ocorrido em Ponta Grossa.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Germano Franchin, ocorrido em Pirai do Sul.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Daru. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura e ao Conselho Estadual de Educação, encarecendo vistoria no prédio do Grupo Escolar Almirante Tamandaré, em Foz do Iguaçu. Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – Fica adiada a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Cioni Neto, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Superintendente do INPS, no Paraná, no sentido de que seja dado início à construção de uma agência do referido Instituto, na cidade de Umuarama. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, bem como ao Secretário de Educação e Cultura e ao Conselho Estadual de Educação, encarecendo providências para o aprimoramento do ensino de primeiro e segundo grau em Foz do Iguaçu. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, reivindicando estudos para a ampliação e reforma do Hospital Bem Jesus, da cidade de Castro. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do Expediente, solicitando ao Funrural a brevidade da existência de um convênio com o Hospital Santa Helena, no Município de Rio Bom. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Enéas Faria e José Domingos Scarpelini, lido da tribuna, solicitando a convocação do Sr. Secretário da Educação e Cultura, para informar sobre assuntos relacionados com a política educacional. Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE Fica adiada a discussão para a próxima Sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Cioni Neto, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de ser iniciada a construção do prédio da cadeia pública, no município de Umuarama.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, lido da Tribuna, solicitando voto de congratulações ao Sr. Presidente do Instituto Nacional de Previdência Social, pelas excelentes medidas, visando proporcionar saúde, bem estar e progresso educacional em nossa terra. Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – Fica adiada a discussão, para a próxima Sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Squarezi, lido da tribuna, solicitando seja endereçado voto de confiança aos Srs. Deputados Federais, que compõem a Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga as atividades das Empresas Multinacionais, em face das recentes declarações do Ministério da Fazenda. – Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues de Carvalho, lido da tribuna, tendo em vista informações obtidas, em pedido anterior, seja oficiado ao DER, no sentido de que determine ao Departamento de análise daquele órgão, acelerando os estudos para a construção asfáltica que une Campo Mourão a Goioerê. – Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Governador do Estado, referente ao art. 20 da antiga Constituição Federal. Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – Fica adiada a discussão para a próxima Sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do Expediente de Sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário das Finanças, no sentido de encarecer que determine ao DRI, providências visando a instalação de um posto ou agência fiscal no Distrito de Cafelândia, município de Cascavel. Em discussão.

Encerrada a discussão. – Em votação.

O SR. WERNER WANDERER – (Para encaminhar a votação) –

Apenas um esclarecimento Sr. Presidente.

A Agência de Cafelândia, de acordo com o jornal da FRONTEIRA do dia 4 de maio, já fora criada. De acordo com o processo N. 5198/73 que fora dada entrada junto à Secretaria da Fazenda para que fosse criada a agência de Cafelândia e ela o foi.

Estamos a favor, consideramos justo este requerimento, apenas gostaríamos de dar este esclarecimento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – (Para encaminhar a votação) –

Realmente assiste razão ao Deputado Werner Wanderer, e, ao pretendermos, mais uma vez como já foi de costume em tantas

reivindicações que se fez aos Exmos. Secretários de Estado com determinadas pedidos, determinadas reivindicações que além de justas são necessárias porque contribuem para o progresso de determinadas regiões, veja-se por exemplo neste caso que, desde o ano passado ou outro ano, não sei se o ano passado, está engavetado e o Deputado foi prejudicado com muitas reivindicações, embora seja da Arena, foi até prejudicado por fatos como este, então, por motivos políticos, devem os Secretários de todas as pastas, atender as reivindicações dos Deputados, quer do MDB, quer da Arena e o Deputado até perdeu as eleições, Sr. Odilon Reinhardt, um dos motivos que tenho certeza, e foram anunciados pela população, foi este, havia esclarecido que fez esta reivindicação que tínhamos também conhecimento, entretanto, como me parece de forma potencial sou o único representante, ou melhor, o mais votado dos representantes de Cascavel, sinto-me no dever e até por delegação da população do município de fazer esta reivindicação, reiterando e quando falamos da tribuna desta Casa, falamos em nome do ex-Deputado desta Casa, falando em nome do ex-Deputado desta Casa, afirmando de sua gestão em todos os momentos para este fim. É só o objetivo deste requerimento informando que o Sr. Werner Wanderer está também colaborando neste assunto. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Em votação. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues de Carvalho, constante do Expediente de Sessão anterior, com sua discussão adiada solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, objetivando averiguação e fechamento de uma “cocheira” para criação de gados, de propriedade do Sr. Prefeito Municipal de Janiópolis. – Em discussão.

O SR. ACCIOLY NETO – (Para discutir)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O eminente Deputado Jayme Carvalho ocupou esta tribuna ontem para apresentar à consideração da Casa o requerimento de sua autoria com o endosso do nobre Deputado Quielise Crisóstomo, através do qual solicitou ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social medidas urgentes quanto à segurança do povo de Janiópolis, no setor de Saúde Pública. Quando ocupou a tribuna o eminente Deputado Jayme Carvalho, na apreciação que fez do problema de saúde objeto do requerimento, conseguiu me tirar do plenário e o fez de forma sutil. Ele fez com que eu me transportasse daqui desta Casa para o livro “Cem anos de Solidão”, do autor colombiano Gabriel Garcia Marques. Porque me pareceu e nisto o Sr. Deputado Jayme Carvalho foi muito feliz, que a narrativa que aqui fez da cidade de Janiópolis, do Estado do Paraná, se assemelhava muito à literatura de Gabriel Garcia Marques quando contava a história da vida de Macondo. Todavia se sou grato ao Deputado Jayme Carvalho por esse passeio em plena tarde, preciso fazer uma ressalva: Janiópolis não é Macondo. Alceu T. Oliveira, que é o seu Prefeito, não se identifica com nenhuma personagem do livro de Gabriel Garcia Marques.

O Deputado Jayme Carvalho e o Deputado Quielise Crisóstomo neste requerimento, fizeram por anexar algumas fotografias, da entrada da cidade de Janiópolis no sentido de quem ali chega em demanda de Campo Mourão, bem assim a saída de Janiópolis para quem se dirige ao município de Goioerê. Estas fotografias, diga-se de passagem, muito bem feitas, ângulos bem escolhidos e favoráveis aqueles que pretendiam trazer ao Deputado a notícia, de que Janiópolis era um Macondo, não corresponde efetivamente, à verdade. No requerimento, dizem ambos os Deputados, que existiria ali em Janiópolis uma cocheira, para a criação de gados de propriedade do Sr. Prefeito Municipal, den-

tro da cidade. que vem colocando em risco a saúde dos que ali moram

E preciso mostrar simbolicamente a verdade, aqueles que não conhecem Janiópolis. e qual é, a situação, efetivamente do imóvel do qual se afirma existir uma cocheira. Janiópolis é uma cidade, que se não é recente, também não se pode dizê-la muito antiga. E o atual Prefeito Municipal, Alceu Teodoro de Oliveira, foi um dos pioneiros, ou melhor definindo, foi quem realmente colonizou aquela região plantando por assim dizer, a cidade de Janiópolis. E porque plantou a cidade, nela se fincou como se fosse uma semente, ali construiu a sua casa e ali investiu suas economias. E esta Casa e este imóvel, realmente, estão na entrada da cidade de Janiópolis, não precisavam portanto estas fotos, pois bastaria a palavra do eminente Deputado Jayme Carvalho.

O que ocorre é que ali neste imóvel, há um lugar disponível, que se pode definir como um entreposto, porque todos sabem, que criação de gado não se pode fazer na cidade, onde não haveria espaço para tanto. E que o gado trazido do interior chega à cidade de onde é embarcado, o que é normal feito aqui em Curitiba, feito em Ponta Grossa, no Sudoeste, no Oeste, em qualquer outra cidade onde haja o setor da pecuária. Não vejo onde está o resto do retransporte de gado. Não vejo como a saúde do Povo fique prejudicada, apenas porque o Prefeito Municipal à entrada da cidade e não no centro da cidade como diz o requerimento — tenha um entreposto de gado.

O SR. OSVALDO MACEDO — V. Exa. permite um aparte?
(Assentimento).

Nobre Deputado Accioly Netto, tendo observado seu pronunciamento e constato que V. Exa. está sendo muito eficiente como advogado na defesa de uma causa ingrata. Conheço Janiópolis e sei que este entreposto de gado fica na mesma rua da Estação Rodoviária, diante de uma praça. Sei também que o Prefeito que V. Exa. defende tão bem, talvez não mereça advogado tão brilhante porque, pelas informações que tenho ele chega a confundir gado com pessoa humana com sua fama de violento, tratando a ambos com os mesmos critérios.

Não vejo porque V. Exa. reagir contra esta situação, se realmente põe em perigo a população daquela cidade. O culpado por isto não é o Deputado Jaime Carvalho.

O SR. ACCIOLY NETTO — Agradeço o aparte de V. Exa., mas não quero dizer que o Deputado Jaime Carvalho seja culpado. Está desempenhando seu papel, no que deve ser aplaudido, apenas sou obrigado a concordar que a existência deste entreposto de gado constitua à saúde da população, a ponto de se pedir à Secretaria de Saúde e Bem Estar Social que intervenha no município de Janiópolis.

De duas, uma. Ou realmente não há risco à população ou a Câmara de Vereadores de Janiópolis não vislumbrou no entreposto nenhuma infringência ao Código de Posturas.

Entendo que ocorrem as duas situações. Primeiro, não há risco efetivo à saúde da população.

Em segundo lugar, a Câmara Municipal é que teria, não só a obrigação, mas o dever de exigir, se fosse o caso, que o Prefeito cumprisse o Código de Postura.

Este entreposto, se ferisse de morte a saúde da população, estaria infringindo flagrantemente o Código referido.

Não vejo como a Assembléia Legislativa determine ou peça ao Secretário de Saúde e Bem Estar Social da entrada da cidade o entreposto de gado que mantém lá, de sua propriedade.

Por esta razão, data vênio do Deputado Jaime Carvalho, é que peço aos eminentes colegas que rejeitem este requerimento

É apenas isto, e sem entrar nas outras alusões feitas a propósito do assunto, o que quero dizer desta tribuna.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — V. Exa. permite um aparte?
(Assentimento).

Nobre Deputado, quero, aproveitando o aparte que V. Exa. me concede, dizer que assinei o requerimento juntamente com o nobre Deputado Jaime Carvalho e acompanhei no que nele está escrito, porque entendi de maneira diversa de V. Exa..

Porém, antes de entrar no mérito da questão, quero dizer que acompanho o nobre Deputado Jaime Carvalho apenas no que foi escrito, mas não em tudo o que foi dito na tribuna, embora ele talvez até tivesse razão.

Agora, nobre Deputado, com relação a sua defesa brilhante juridicamente, como não poderia se esperar direfentemente, mas como bem disse o nobre Deputado Osvaldo Macedo, é uma causa inglória, porque eu pretendia, nobre Deputado, contar com a sua colaboração também, em benefício do povo de Janiópolis. V. Exa. com prerrogativas que não dispomos, qual seja, o diálogo difícil. Gostaria que V. Exa. me permitisse uma colaboração técnica na análise preconizada em sua exposição. Aquele, realmente, é um problema sanitário grave. Não de alta contaminação das águas onde são mantidos aqueles animais, mas também as águas que são aproveitadas as jusantes da corrente líquida, mas também pelo mau odor que empesta aquele estábulo, em pleno centro da cidade. E só não está bem no centro da cidade, porque o Prefeito é dono do resto da cidade. Então, a cidade tem limite, a maior parte pertence ao Prefeito.

E hoje espero, contando com a amizade que nos une, que V. Exa. não pedisse aos nobres Colegas que votassem contra o requerimento, porque lhe falo como técnico, e o problema é muito sério, e deverá ser solucionado.

Muito obrigado.

O SR. DOMINGOS SCARPELINI — V. Exa. permite um aparte?
(Assentimento).

Nobre Deputado, apenas para dar apoio aos Deputados Jaime Carvalho e Quielse Crisóstomo pelo requerimento que ora está sendo discutido. Pois durante a campanha política, estive em Janiópolis, e no momento em que fazíamos algumas visitas aos moradores daquela cidade deparemos com um quadro triste. encontramos na praça várias vacas e cavalos pastando na praça e andando pelas ruas da cidade.

No comício noturno que realizamos naquela cidade tivemos oportunidade de abordar o assunto porque fomos informados que aquelas vacas e cavalos que estavam pastando na praça e andando pelas ruas eram de propriedade do Prefeito.

O SR. ACCIOLY NETTO — V. Exa. verificou se aquelas animais tinham a marca de propriedade do Prefeito? Qualquer informação não se pode, desde logo, se ter como verdadeira.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — É muito objetivo V. Exa. neste ponto.

Acontece que no comício noturno que fizemos abordei este assunto e noutro dia o Prefeito fazendo um outro comício de encerramento naquela cidade disse que as vacas e cavalos de sua propriedade, não estavam fazendo mal nenhum a ninguém por estarem andando pelas ruas da cidade ou por estarem pastando a grama do jardim.

O SR. ACCIOLY NETO — V. Exa. deve estar equivocado porque participei desse comício e ele não fez tal afirmativa.

O SR. GILBERTO CARVALHO — V. Exa. permite um aparte?
(Assentimento).

Deputado Accioly Neto, V. Exa. expõe, muito bem, quando faz referência ao Código de Postura.

Conhecemos Janiópolis e conhecemos a localização daquele estábulo que se encontra bem na entrada da cidade, embora não possamos fixar se está no perímetro urbano ou não.

Com respeito à Câmara Municipal de Janiópolis há um Código de Postura. (otaremos contrário ao Requerimento, em-

bora queira deixar bem claro aqui que não é questão nossa de bancada. Cada um pode votar como melhor lhe aprouver.

Se houver um pedido da Câmara Municipal pedindo que se cumpra o código de Postura, certamente que estaríamos dispostos a dar o nosso integral apoio a esse requerimento.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Somente para colaborar com o pretendido pelo Deputado Gilberto Carvalho. A Câmara de Vereadores, sob o penhor de minha palavra, também deseja que esse estábulo saia de lá.

V. Exa. pode confiar na palavra deste colega que haverá de trazer da Câmara de Vereadores o testemunho de que estou dizendo a verdade. Se isto ocorrer V. Exa. votará favorável ao requerimento? Se esta é a dúvida posso afirmar que a Câmara de Vereadores reivindicou junto a mim para que tomasse providências na Secretaria de Saúde para que aquele estábulo fosse retirado do centro da cidade. Muito obrigado.

O SR. ACCIOLY FILHO – Muito obrigado, Sr. Presidente. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Continua em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. – **Aprovado.**

O SR. ACCIOLY NETO – (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE – Em votação o requerimento. – **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra, para Explicação Pessoal, ao Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – Sr. Presidente, inicialmente para dar uma informação a esta Casa, muito embora o assunto seja quase Pessoal.

Acabo de receber um telefonema de Londrina dando-me conta de que minha casa foi assaltada, acabaram levando o que tínhamos. Já tínhamos pouca coisa e o pouco que tínhamos os amigos do alheio acabaram levando.

Mas o que realmente me traz à tribuna é um requerimento assinado por quase todos os elementos que compõem a bancada corajosa do MDB, esta gloriosa bancada.

Fizemos há poucos dias um requerimento despretensioso que seria tão somente, unicamente exclusivamente saber a verdade, e a Mesa desta Casa não recebeu este requerimento de nossa autoria. Pegamos o requerimento que não foi recebido pela Presidência e fomos conversar com nossos companheiros de bancada, do MDB, eis que diz o velho ditado: “É conversando que se entende”. Assim sendo, Sr. Presidente, a nossa bancada houve por bem analisar o nosso requerimento e houve por bem ampliar ainda mais este requerimento, que solicitava informações a respeito da ilustre personalidade e ilustre homem público, Maurício Schulmann que hoje ocupa a Presidência do BNH.

Corriam rumores na urbe, de que Sua Excelência estaria recebendo gratificações – notem os Senhores, que estou conjugando o verbo no condicional. Pois bem, este requerimento não foi aceito porque disseram, companheiros nossos, que parecia pessoal. A bancada do MDB depois de analisar, houve por bem, aprovar a seguinte matéria: (Lê):

“Requerimento.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, seja encaminhado requerimento à Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, ao Exmo. Senhor Presidente da Copel e a Administração dos Recursos Humanos, para que informem os itens abaixo:

1 – O Dr. Maurício Schulmann, atual presidente do BNH ocupou há alguns anos atrás a direção do Departamento de

Águas e Energia Elétrica, atualmente Administração de Recursos Hídricos.

Deseja o Deputado que a presente subscreve saber, daquela Administração, à época em que o Dr. Maurício Schulmann ocupou a referida direção do DAEE., quanto percebia de vencimentos, e a relação das firmas fornecedoras de material elétrico daquele órgão, e se havia na época concorrências para tais compras;

2 – O Dr. Maurício Schulmann, pelo que consta, é funcionário da Copel.

Deseja este deputado saber, qual cargo exerce, quais são os seus vencimentos, gratificações, quanto totalizam os seus vencimentos, (ganhos).

O Dr. Maurício Schulmann, em caso positivo de ocupar funções na Copel:

a) Foi alguma vez licenciado, com ou sem vencimentos?

b) Se foi, com vencimentos, quanto ganhou, quanto recebeu no total com ou sem gratificações?

c) Ele exerce alguma função ou já pediu exoneração?

d) Se ainda continua, qual o vencimento, atual, e se está percebendo salário ou ajuda de custas da Copel.

e) Informar, também, se em alguma época o Dr. Maurício Schulmann deixou de receber seus salários e em caso positivo, por que razão?

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1975.

a) OTÁSSIO PEREIRA”.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – Sr. Presidente, este é o teor do requerimento aprovado pela bancada do MDB. O companheiro Luiz Carlos Zuk tem a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK – Inicialmente, agradeço o aparte de V. Exa. e tendo conhecimento nesta Casa de que todo o material atinente a órgão de administração indireta, à autarquia, como esta, referendado neste nosso requerimento, que íamos estender este nosso apelo à ilustrada bancada da Arena, que sempre, nas condições legais e parlamentares, em matéria atinente ao povo do Estado do Paraná, nunca falta a colaboração desta ilustrada bancada, queríamos pedir, quando da apreciação por esta Casa deste requerimento, fazer também como sendo da Arena, que quer traduzir, acima dos dispêndios e custos desta Cia, principalmente as suas administrações, que é feita com o dinheiro do público, e então, de ante-mão, quando, na oportunidade, estaremos novamente repetindo de que necessitamos do apoio desta ilustrada bancada, para que seja referendado por este plenário, para que se dê conhecimento a todo o Estado, do Paraná, o que realmente acontece dentro desta autarquia, desta Cia. mixta do Estado do Paraná. Meu requerimento, nobre Deputado, porque foi V. Exa. que levantou aqui da tribuna e hoje, dentro da nossa bancada, que realmente é matéria de grande interesse não somente de nós, Deputados, mas, principalmente ao Governo que agora se instala, apresento com honestidade de propósito para servir de interesse aos legítimos anseios do povo do Paraná.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – Agradeço o aparte do companheiro Luiz Carlos Zuk.

Sr. Presidente, as perguntas, nós, representantes do povo, estamos a todo o instante respondendo perguntas de elementos do próprio povo e como representantes do próprio povo, é de nossa obrigação lutar para que venha a verdade, para que todos tomem conhecimento da verdade, Sr. Presidente, nós a todo instante recebemos acusações, reclamamos, informações, queremos, a verdade, é de interesse também do próprio Governador, saber a verdade e desta Casa saber a verdade. Então, o que nós queremos é de saber, acima de tudo, a verdade. E passamos às mãos de V. Exa. estas informações sobre as companhias mistas, onde o Estado é o maior acionista. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – A Mesa comunica ao nobre Deputado,

que o presente requerimento será apreciado tão somente na próxima reunião desta Assembléia.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Gulin para esclarecimentos pessoais.

O SR. ALFREDO GULIN Sr. Presidente, Srs. Deputados. Assomamos à tribuna para esclarecer assunto aqui que foi levantado com referência à minha pessoa. (Lendo)

Lemos nos jornais notícias da apreensão que se instalou entre os Deputados na Câmara Federal, de que existem pessoas ligadas ao Partido Comunista do Brasil. Trata-se efetivamente de fato grave, que enseja a cassação do mandato parlamentar e sujeita o deputado às cominações da lei.

Mas, evidentemente, aqueles representantes do povo que, examinando sua vida pública, ilibada e seu passado de serviços à Nação, não vêem qualquer mancha vermelha, estão tranquilos e corajosamente podem prosseguir na tarefa que lhes foi delegada, pelo voto popular: a tarefa de trabalhar sempre e sem descanso para a Nação de um arcabouço legal que flexibilize as estruturas colocadas a serviço do desenvolvimento.

Assistimos nesta Casa uma acusação que em nada se assemelha a essa quanto a origem, mas que igualmente prevê a perda de mandato parlamentar. Segundo ela, estaria o deputado que ocupa neste momento a tribuna, ligado a uma empresa que possui concessão de serviços públicos. Como no caso anterior, o deputado está tranquilo, não é proprietário ou diretor de empresa concessionária de serviço público, não mantendo sequer a simples condição de acionista, o que não é vedado pela Constituição nem pelas Leis do País.

Mas cabe aqui uma indagação, a quem interessa ameaçar empresários que vieram para a vida pública atendendo a convocação do governo federal e da Revolução de março de 64? A quem interessa restringir a participação dos homens da livre empresa, de formação anticomunista, nos parlamentos da União e dos Estados? Evidentemente, apenas aqueles que são contra a nossa pessoa, resta-nos considerar este aspecto da questão e manifestar nossa profunda preocupação pelo descaminho que momentaneamente tomou o debate parlamentar nesta Casa de Leis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. A atual Legislatura ao que se nos apresenta como uma das mais difíceis de todos os tempos. Temos diante de nós uma gama de problemas que são de difícil e cansativa solução, pela sua profundidade e amplitude.

Vivemos um momento de transformação da economia paranaense, onde o setor primário tradicionalmente preponderou, mas que agora se encaminha para uma diversificação de investimentos com o fortalecimento dos setores secundários e terciário. Para que isso ocorra sem choques e sem crises é necessário que os Poderes Executivo e Legislativo juntem forças para construir uma nova infra-estrutura legal e de serviços públicos. Há novas demandas a atender, há impasses conjunturais a superar, há, sobretudo, distorções do crescimento a corrigir.

Vivemos, igualmente, um momento de transformações na vida política estadual e nacional. O eminente Presidente Ernesto Geisel formulou um apelo à imaginação criadora da classe política e agora palmilha cautelosamente os caminhos da distensão, dentro de uma orientação gradualista que mescla ao ânimo de devolver o País ao regime da plenitude democrática, a indispensável prudência de quem percorre território pouco conhecido e não destituído de armadilhas.

Dentro deste quadro, e com o objetivo de ajudar, dentro das nossas possibilidades, o gigantesco esforço nacional pelo desenvolvimento e pela democracia, aceitamos a indicação de nosso nome como candidato a deputado estadual nas eleições de 15 de novembro. Com ânimo patriótico, deixamos de lado nossas atividades particulares, resultado de meio século de trabalho intenso e diuturno. Nós acreditamos que a experiência do empresário que começou praticamente do nada, do homem que tem suas origens humildemente plantadas na lavoura, do cidadão que

soube constituir uma família e criar seus filhos dentro dos princípios da Lei de Deus e da Lei dos homens, nós acreditamos que essa experiência e esse trabalho possam ser colocados com sucesso a serviço da nação.

Como acreditamos também, Sr. Presidente, Srs. Deputados que muitos dos que nos ouvem têm a mesma origem digna e humilde, a mesma experiência e as mesmas provações da vida. Sabemos que alguns dos mais destacados parlamentares desta Casa igualmente tiveram que decidir entre prosseguir em sua bem sucedida atividade como empresários e dedicar seu tempo integral ao labor legislante que não é tão bem remunerado em dinheiro, mas que oferece a satisfação de sentir que se está dando uma contribuição efetiva ao Estado e ao País, e desta forma envolvendo em trabalho e dedicação um pouco de felicidade que a vida no lar e na empresa nos trouxe.

Nós temos orgulho de nossas origens. E não duvidamos em afirmar que o grupo de parlamentares oriundos da empresa privada compõe, ao lado daqueles que pertencem a profissões liberais, a agricultura, à classe operária, à classe estudantil, a mistura perfeita para transformar esta Assembléia em um porta-voz autêntico das aspirações da comunidade paranaense.

É suando que se constrói. E aqui deixo um apelo para que somemos efetivamente nossas forças. Um apelo para que nos empenhemos em manter sempre elevado o nível do debate parlamentar. Em que procuremos, antes de tudo, atender às necessidades maiores de nossa civilização, em vez de nos determos no debate improfícuo desgastante e antipatriótico, que felizmente constitui a exceção nunca a regra.

Senhor Presidente, Senhores Deputados

Queremos dizer a esta Casa que estamos aqui para honrar o compromisso com aqueles que nos elegeram, que até o último dia de nosso mandato pretendemos exercê-lo em sua plenitude e com o máximo da energia, que Deus nos der, que não receamos a luta, porque crescemos dentro dela, que não nos falta ânimo e alento para combater adversários, em defesa daquilo que consideramos certo; que a coragem que nos trouxe até aqui há de nos levar até os grandes objetivos pelos quais propugnamos.

Mas não toleramos a impostura, o oportunismo, a artimanha, a mentira. Estamos abertos ao diálogo, com o espírito desarmado, prontos a cerrar fileiras com todos aqueles que conosco entendam a superior missão desta Casa de Leis e os elevados propósitos que devem orientar os representantes do povo que aqui têm assento.

Obrigado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, V. Exa. falou que está para esclarecer as mentiras. Gostaria que V. Exa. esclarecesse nesta Casa, qual o Deputado que mentiu.

O SR. ALFREDO GULIN – O Deputado que mentiu foi aquele que ocupou a tribuna para pôr em dúvida nosso mandato e que também disse que estaria aqui para defender a Constituição. Ele jurou no dia em que tomou posse e no entanto foi contra a Constituição porque nosso mandato é legítimo. Ninguém terá condições de cassar o nosso mandato.

O que era necessário, ilustre Deputado do MDB, era que o Deputado antes de levantar a questão na tribuna tivesse estudado e examinando a lei. Nós examinamos e dizemos com toda a segurança que não há nada que fira a Constituição Federal ou a Estadual em nosso mandato.

O esclarecimento é este e quero dizer que o Sr. Adalberto Daros, se não me engano é formado em Direito, e se não estava capacitado de conhecer bem a realidade da Lei, deveria, antes de usar da tribuna, tê-la estudado, para depois vir condenar, se fosse o caso.

Devemos considerar que o cargo que exercemos é nobre, viemos a esta Casa para legislar, para fazer leis que vão de encon-

tro aos interesses do povo, para que o dinheiro do Estado seja bem aplicado.

E o Deputado, ao se candidatar, ao vir a esta Casa, Sr. Daros, se propôs a defender a Constituição e os interesses do povo.

O SR. NILSO SGUAREZI - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas quero dizer a V. Exa. que reconhecemos o sagrado direito que V. Exa. tem de proferir a sua defesa. Porém, quero lembrar a V. Exa., que V. Exa. está sendo um pouco deselegante para com o Deputado Daros ao apresentar sua defesa exatamente no momento em que aquele Deputado não está presente nesta reunião.

É princípio de ética que V. Exa., está ferindo. Porque a discussão está sendo levada em termos pessoais, entre V. Exa. e o Deputado Daros. V. Exa. está dirigindo acusações ao Deputado Daros, a quem não está presente para dar a sua resposta, a resposta necessária.

O SR. ALFREDO GULIN - Ocorre, nobre Deputado, que o Deputado Daros, ultimamente poucas vezes tem comparecido a esta Casa. A obrigação dele era estar aqui presente. Foi esse o compromisso que ele assumiu com o povo.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

O Deputado Daros, quando fez a denúncia, comunicando à Casa que V. Exa. participava de uma empresa de viação municipal, o fez com provas da Junta Comercial do Estado do Paraná.

E eu gostaria ou V. Exa. então, fundamentado em documentos da própria Junta Comercial contradisse aquilo que o Deputado Daros disse aqui. Então, V. Exa. teria todo o nosso apoio ao chamar o Deputado Daros de mentiroso. Mas, neste instante, nobre Deputado Gulin, com todo o respeito que tenho pelos seus cabelos brancos, engrinaldado pelas cãs da vida, quero dizer a V. Exa. que alguém está mentindo, ou V. Exa. ou o Deputado Daros. Mas, as provas documentais tiram o Deputado Daros da mentira, então, só resta alguém mentindo nesta Casa.

V. Exa. deveria vir à tribuna munido de documentos para contestar aquelas acusações. Porque, dessa forma, V. Exa. está pecando.

Muito obrigado.

O SR. ALFREDO GULIN - Agradeço o aparte, mas quero dar um esclarecimento ao Deputado a quem acabei de conceder o aparte. Ocorre que a Constituição é clara e ele como advogado deveria conhecê-la perfeitamente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - V. Exa. permite um aparte?

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO - V. Exa. vai me conceder o aparte solicitado?

O SR. PRESIDENTE - A Casa assegura a palavra ao Deputado Alfredo Gulin, somente ele poderá, pela ordem, conceder os apartes.

O SR. ALFREDO GULIN - Quero dar um esclarecimento. O Deputado Daros não trouxe a esta Casa nenhum documento que provasse que Alfredo Gulin fosse concessionário de qualquer serviço público. Se fosse acionista de uma empresa isto a Constituição não proíbe. De modo que os documentos que o Deputado Daros trouxe a esta Casa, realmente, não dizia nada que Alfredo Gulin era concessionário de serviço público e muito menos que existisse um contrato que concedesse favores especiais.

Concedo o aparte ao Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO - Obrigado, Deputado Alfredo Gulin, quero dizer, aproveitando o aparte, aos demais Deputados desta Casa que fui um daqueles, entre outros Deputados da Arena, que solicitou a V. Exa. que deixasse passar os ataques pessoais de que foi vítima pelo Deputado Daros.

Lembro-me que naquele dia surgiu o seu nome, e eviden-

temente a sua posição política, em meio ao debate de dois Srs Deputados, Dário Leonel e Adalberto Daros, em matéria completamente diversa que se passou a discutir posteriormente. V. Exa. surgiu como vítima de uma polêmica de natureza jurídica, uma discussão puramente jurídica entre dois advogados.

V. Exa. tem do a razão em vir à tribuna dizer bem, hoje como está dizendo. Quero parabenizar-me com o seu comportamento nessa tribuna. V. Exa. está fazendo muito bem porque eu mesmo, muitas vezes, aqui em Curitiba, na minha região que é metropolitana também, já recebi perguntas capciosas no sentido de que V. Exa. iria ou não ser cassado. Sei o que significam essas notícias maldosas que correm com destino certo para atingir o homem público. Portanto, foi necessário este seu pronunciamento.

Quero dizer que V. Exa. disse muito bem quando respondendo a questão de ordem que "seu lugar de Deputado era aqui". Lembro-me, se fosse para argumentar na presença ou não de um nobre Deputado, que me perdoe a ausência, que é meu particular amigo Deputado Daros, que quando iniciou os ataques que, também, foram pessoais contra V. Exa. e em momento em que V. Exa., eis que V. Exa. estava na Casa porém não no plenário. V. Exa. deve estar lembrado disto, e os ataques pessoais que lhe foram dirigidos o foram também na sua ausência do plenário. De maneira que, se a argumentação fosse válida, não seria válida com relação à lisura do Deputado que também o atacou, na sua ausência.

Quero cumprimentar V. Exa. quando faz o seu pronunciamento, porque a opinião pública exige de V. Exa. este pronunciamento. E digo mais: não conhecia a matéria, e hoje mais do que ontem estou solidário com V. Exa. não somente pela maneira como desenvolvido o quadro, mas pelo brilhantismo e coragem com que V. Exa. aqui defende o seu trabalho e a sua posição daquilo que pode parecer não ter grande importância para alguns, mas que é fatal a um Deputado deste Poder.

O SR. ALFREDO GULIN - Quero agradecer o aparte do nobre Deputado.

Vimos realmente a esta tribuna, para fazer este esclarecimento. O nosso discurso não tem objetivo de ataque a quem quer que seja, em nosso discurso não falamos no nome do Deputado Daros, somente falamos no seu nome depois de termos recebido apartes. Não atacamos ninguém, não temos interesse de trazer aqui, debates vazios que venham tomar este nosso tempo, porque sou de opinião que temos muito o que fazer aqui em benefício do povo que nos elegeu, não temos tempo para nos perdemos em debates, discussões vazias, considero que isto apenas diminuirá o nosso conceito perante o povo. Estamos num regime democrático e entendemos, sabemos dar valor ao voto que nos é dado pelo povo para que aqui venha representá-lo, para que aqui venha trabalhar em benefício do povo, trabalhar para encontrar a solução de problemas que tanto o aflige. Vamos realmente trabalhar em favor do povo e não, nos perdermos aqui em discussões vazias porque, nobre Deputado, o eleitor quando dá o seu voto ele o dá depositando confiança no seu representante que deve vir aqui apresentar projetos de lei a fim de colaborar com o Governo do Estado.

Isto é o que temos que fazer nesta Casa aqui, trabalhar em prol da Educação, trabalhar a favor da saúde, da agricultura, enfim lutar junto a todos os setores, pelo desenvolvimento e crescimento do Paraná, temos que ajudar para que cada vez mais realmente este País desenvolva e cresça para que possamos alcançar, a passos largos, a nossa independência política e econômica e poder resolver os problemas do nosso povo.

Isto é o que temos que fazer aqui, não vir aqui fazer acusações contra outros Deputados, sem razão de ser.

Hoje falamos assim, porque estamos estribados, fomos receber pareceres de juristas de renome internacional; depois ainda ouvimos outros pareceres, para a confirmação. Falamos desta

maneira, porque estamos aqui e temos a certeza de que ninguém terá condições de mexer no nosso mandato, nosso mandato foi-nos dado pelo povo, aqui ficaremos até o último dia, lutando em toda plenitude.

O SR. OSVALDO MACEDO V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Desejo inicialmente, nobre Deputado Alfredo Gulin, afirmar o que disse o nobre Deputado Nilso Sguarezi, que V. Exa. tem todo o direito e mais do que direito, o dever de exercer a sua defesa

V. Exa. mesmo diz que está estribado em pareceres de juristas famosos, renomados infelizmente, V. Exa. não trouxe um parecer a Esta Casa, se V. Exa. foi buscar estes pareceres, foi porque teve necessidade. Somente gostaria de lembrar o Deputado Alfredo Gulin, que, quando o Deputado Adalberto Daros levantou, desta tribuna, alguma dúvida a respeito da procedência do seu mandato, ele o fez baseado em texto da Constituição que objetiva primário é defender a moralidade administrativa. No entanto V. Exa. muito gentilmente me cedeu o texto escrito do seu discurso, fazendo que não tem razão de ser. Parece um argumento de que não tem argumento e procura fazer conotação política. V. Exa. maldosamente, maliciosamente pretendeu colocar o parlamentar em situação de defesa. Se V. Exa. tem parecer de juristas renomados, deveria ter trazido porque, pelo menos na introdução do seu discurso é perigoso e não faz justiça a V. Exa.

O SR. ALFREDO GULIN Eu, primeiramente agradeço e quero esclarecer de que a tese do Deputado Adalberto Daros que se levantou nesta Casa e em todas as partes da cidade e mesmo nesta Casa, de que o Deputado que está na tribuna não votaria com Saul Raiz para Prefeito, porque nós teríamos interesse em manter Donato Gulin na Prefeitura, isto é o que corre em toda a cidade, e mesmo aqui, na acusação quando se aproximam os dias das eleições, do nome do Sr. Saul Raiz para Prefeito Municipal, nos dias antes demos nossa manifestação de que iríamos votar em Saul Raiz, após este nosso pronunciamento é que apareceu na Assembléia Legislativa esta tese de que nós não poderíamos votar no Sr. Saul Raiz porque teríamos parentesco. Então, o que se sentiu, nobre Deputado é que houve interesse em que nós não votássemos em Saul Raiz, que a Arena fosse derrotada com o nome de Saul Raiz. Isto é que é a verdade, nobre Deputado, Sr. Presidente. Então, quando viram que realmente não nos manifestamos e votamos em Saul Raiz, pelo Governo, isto nós não fizemos, porque conhecemos Saul Raiz não agora, conhecemos Saul Raiz quando iniciou na Prefeitura, quando começou, quando foi Diretor do DER, no Governo de Ney Braga, quando ligaram o Norte do Paraná com asfalto. Estou apenas esclarecendo porque, como Saul Raiz...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Acho ilegítima a sua posição de defesa do caso, no que se refere ao seu mandato. Entretanto, me parece um pouco inoportuna a alegação de V. Exa. declinando até certos adjetivos, não no seu discurso, mas posteriormente ao discurso, que sabe até em recurso de retórica, usou determinadas frases que, a nosso ver, poderiam merecer reparos. E quando vossa Exa. invoca a nobreza do seu mandato, nós não temos dúvida de que o mandato é nobre do parlamentar, mas pareceu um pouco diverso do seu objetivo e até foge ao espírito, ao objetivo de sua ida à tribuna o fato de V. Exa., pelo menos parlamentarmente, julgar um caso que aqui, pelo menos, não seria o foro competente para fazer apreciações como esta afirmação. No entanto, eu ia fazer referências a que o deputado da nossa bancada Osvaldo Macedo já fez, no que se refere ao problema de comunismo ou contra-comunismo, eu acho que o caso não merece uma extensão tão vasta, mesmo porque o que se procura e o que se tem procurado nesta Casa é primar não só, pela legitimidade mas também, pelo rumo

certo do espírito de cada deputado ao se fazer representar, buscar atender à correção da administração pública. Não foi outro objetivo que não este trazido pelo Deputado Adalberto Daros. Até creio que V. Exa. deve estar satisfeito, com que o assunto agora também conforme V. Exa. e não há motivo de se duvidar, que V. Exa. está estribado em pareceres de Doutos Juristas daqui e alhures. Então, eu acho legítimo que V. Exa. venha defender, esclarecer e venha explicar, mas também me parece legítimo que o deputado tenha naquela oportunidade levantado a questão. Desde que ela foi esclarecida, ela não deve fugir do seu âmbito, do seu parâmetro do parlamento, para se lançar em problemas de caráter pessoais e pode ser até de ordem eleitoral do âmbito da área metropolitana.

Parece a mim que V. Exa. tem razão, quanto ao esclarecimento dessas dúvidas que foram levantadas, agora, quanto à parte de personalidade de cada um e da conduta de cada um, data vênha, nobre Deputado Alfredo Gulin, por quem eu tenho muito respeito pelo que tem feito aqui no Estado, principalmente no setor de transporte no interior, e não vamos considerar esta questão. Contento-me em pedir a V. Exa. que desde que houve um consenso geral nesta parte de ataques pessoais, que isso se estanque por aqui mesmo e que tenha esclarecida a dúvida, conforme V. Exa. fez aí da tribuna. Muito obrigado.

O SR. ENÉAS FARIA V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, eu só lamento que, mais uma vez, venha a estoar no recinto deste Plenário, o caso que V. Exa. hoje traz à tribuna, e que dava por encerrado.

Mas, o aparte é tão só deputado, porque eu não quero ainda imiscuir-me na questão, o aparte é tão só para ressaltar e eu faço isso como um dever não só para um companheiro de bancada, mas de ver um parlamentar trabalhador, dedicado, leal, cioso que é o Deputado Adalberto Daros. Tenho convivido com S. Exa. por muito tempo. Por seis anos, juntos estivemos na Câmara Municipal de Curitiba. Dou testemunho de que foi um assíduo e emérito trabalhador na Casa de Leis do Município, S. Exa. veio para esta Casa, para o Parlamento Estadual com o mesmo espírito e com a mesma disposição. E não só a sua presença aqui é cotidiana, como também é cotidiano o trabalho que tem realizado neste Plenário, nas Comissões desta Casa.

Para não deixar passar despercebido a alegação de que o Deputado Daros não é assíduo, que a sua presença não se faz marcante nesta Casa, eu deveria dizer isso a V. Exa. até mesmo para ressaltar a posição da Mesa, que controla a presença dos Srs. Deputados nesta Casa. E se hoje S. Exa. não está presente, devo declarar e a nossa bancada sabe, porque quando fatos desta ordem ocorre, eles são comunicados.

O Deputado Daros hoje, não se encontra na Casa por atender chamamentos de bases partidárias do MDB na luta que travamos todos pela estruturação de nosso partido, e ele está lá hoje, auxiliando, trabalhando pela formalização do Diretório Municipal, em Campo Mourão.

Tenho a impressão que a ausência de S. Exa. na sessão de hoje se faz sentida, de outro lado, está o eminente Deputado Adalberto Daros contribuindo para o aperfeiçoamento do sistema democrático, porque contribui para o fortalecimento do MDB. Se hoje ele aqui não veio é que está prestando um grande serviço à grande causa da liberdade e do direito em terras brasileiras, porque está lá, amassando lama, apertando mãos para que mais um diretório, mais uma célula de debates se instale em solo paranaense. O Deputado Adalberto Daros é, efetivamente, um dos mais assíduos Deputados nesta Casa.

O SR. ALFREDO GULIN - Agradeço o aparte. Apenas quero dizer que no início V. Exa. falou que devíamos dar por encerrado o assunto. Mas digo a V. Exa., em primeiro lugar, que em nosso discurso não falamos no nome do Deputado Adalberto Daros.

Ocorre que em toda a parte que me encontro, aqueles que votaram em mim, vêm me consultar a respeito do assunto. Consequentemente não poderia deixar o assunto por encerrado sem dar um esclarecimento público ao povo, aos nossos eleitores que estão preocupados com que se levantou nesta Casa. Tinha que dar esclarecimentos para que quando me dirigir aos municípios e conversar com os amigos, encontrá-los mais tranquilos.

Não poderia deixar por encerrado um assunto desta natureza em que se chegou a pôr em dúvida nosso mandato.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO - (Pela ordem). Sr. Presidente, consulto a Mesa sobre a questão de hora.

O SR. PRESIDENTE - Determina o Regimento Interno um tempo que vai é de quinze minutos e, se for requerida prorrogação, que poderá ser ou não deferida pelo Presidente, o orador terá mais quinze minutos para concluir a oração.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO - No entanto, já passou mais de meia hora e pergunto, quanto a esta parte, se está esgotado o prazo para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE - Iria comunicar neste instante ao Deputado Alfredo Gulin, que regimentalmente, para explicação pessoal, teria quinze minutos, prorrogáveis por mais quinze, a requerimento. A Mesa, para não interpor as explicações do Sr. Deputado Alfredo Gulin, já prorrogou independente de requerimento.

Iríamos, neste instante, comunicar que já tínhamos feito esta prorrogação e que o tempo já estava esgotado, sendo que a Mesa, por liberalidade, concedeu mais três minutos para concluir seu pronunciamento.

Está com a palavra o Deputado Alfredo Gulin.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO - V. Exa. permite um aparte?

O SR. ALFREDO GULIN - Concedo aparte ao nobre Deputado Quielse Crisóstomo, mas peço que seja breve, pois o nosso tempo já está esgotado.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO - Nobre Deputado, diz muito bem o seu comportamento, evidentemente não versando sobre matéria ofensiva, mas apenas defensiva. E mais do que isso, no bojo de suas laudas, V. Exa. não mencionou nome de deputado algum. Se o nome do Deputado Daros veio à tona é porque dele se originou essa polêmica.

E finalizando, quero congratular-me com V. Exa. e dizer que seu pronunciamento foi brilhante e defensivo e que a moda não pegue, nesta Casa, de ataques pessoais, porque todos nós somos responsáveis pelo nome que, com conjunto, damos ao Poder que representamos.

O SR. ALFREDO GULIN - Muito obrigado Deputado Quielse Crisóstomo. Era só, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, convocando outra solene, para segunda-feira, dia 12, às 15,00 horas, quando será entregue o título de "Cidadão Honorário" ao Dr. Arnaldo Moura, cujo orador será o Sr. Deputado Maurício Fruet.

Marcando ainda, uma Sessão para terça-feira, dia 13 à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resoluções nºs 20/75 e 43/75 e dos Projetos de Lei nºs 266/73, 111/74 e 170/74.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 03/75 e dos Projetos de Lei nºs 34/74, 107/74 e 160/74.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resoluções nºs 07/74, 14/75, 16/75, 32/75 e 33/75.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIA Nº 249/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4450/75, de 7 de maio de 1975, deste Poder.

R E S O L V E:

I - designar DILCE THEODORO DE OLIVEIRA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança da ARENA junto ao Gabinete do Deputado

WERNER WANDERER, a partir

de 15 de abril de 1975; e

II - autorizar a funcionária acima citada, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, para prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, a partir de 15 de abril de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de maio de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 251/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3275/75, de 10 de abril de 1975, deste Poder.

R E S O L V E:

designar SAINT-CYR DE OLIVEIRA ROCHA, ocupante do cargo de Redator nível PL "26", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar Assessoramento sobre assuntos jornalísticos, no Gabinete da Presidência.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de maio de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 252/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições.

R E S O L V E:

lotar WALTER CID RODRIGUES E SILVA, ocupante do cargo de Oficial Legislativo nível PL "18", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Departamento de Finanças, Contabilidade e Pessoal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de maio de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral.

PORTARIA Nº 253/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEM-

BLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições.

R E S O L V E:

lotar JURACY JOSÉ SOMMAVILLA, ocupante do cargo de Oficial Legislativo nível PL "19", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na Biblioteca.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de maio de 1975

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 154/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4185/75, de 2 de maio de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar DARCY C. MENDES, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado GABRIEL MANOEL, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de maio de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 255/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2680/75, de 1º de abril de 1975, deste Poder.

R E S O L V E:

designar JORGE BEMBNOWSKI, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado FRANCISCO ÁCCIOLY RODRIGUES DA COSTA NETO, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de maio de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral.

PORTARIA Nº 256/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4253/75, de 5 de maio de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

antecipar as férias concedidas pela Portaria nº 233/75, a WILMA WAMBIER GUSSO, funcionária do Quadro de Pessoal desta Secretaria, para 5 de maio de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de maio de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 241/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2677/75, de 1º de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar EMÍLIA APARECIDA RIVERO, ora à disposição deste Poder, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, a partir de 20 de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de maio de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 242/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

autorizar SOFIA KOLOSOWSKI, ocupante do cargo de Oficial de Serviços Gerais, nível PL "23", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, a partir de 1º de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de maio de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 243/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4375/75, de 7 de maio de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar HENRIQUE DA CUNHA MELO, ora à disposição deste Poder, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, para prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, a partir de 1º de março de 1975 no Gabinete da 1ª Secretaria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de maio de 1975.

aa) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral